

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - SUBJETIVIDADE,  
POLÍTICA E EXCLUSÃO SOCIAL**

**ANDRÉ ARAÚJO FERREIRA**

**FORMAR-SE NEGRO: SÍNCOPE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA**

Niterói, RJ  
2025

ANDRÉ ARAÚJO FERREIRA

**FORMAR-SE NEGRO: SÍNCOPE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora:  
Ana Claudia Lima Monteiro

Niterói, RJ  
2025



ANDRÉ ARAÚJO FERREIRA

**FORMAR-SE NEGRO: SÍNCOPE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Aprovada em: \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Claudia Lima Monteiro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Henrique César Monteiro Barahona Ramos  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Jonê Carla Brandão  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof. Dr. Luiza Rodrigues de Oliveira  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, RJ  
2025

Dedico este trabalho a todos os povos e ecossistemas oprimidos pelos processos coloniais que perduram por cerca de 500 anos.

Dedico esta dissertação aos meus ancestrais, em especial ao meu finado avô Geraldo Magela, ao qual perguntei de surpresa, quando criança, qual era seu sonho, ao passo que ele me respondeu, aos prantos: “meu sonho é ver meus netos formados”.

Dedico este trabalho à minha finada avó Julita, que foi uma educadora do ensino básico e muito batalhou para tentar se formar no Ensino Superior, mas tinha que criar os seis filhos em condição de pobreza e passar por processos manicomiais devido à bipolaridade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus ancestrais, a meus pais, a meus irmãos, a meus amigos, aos encantados, às águas, à terra, ao vento, ao sol, à sombra e a todos os seres que me ajudaram nesta caminhada. A cada música e musicalidade feita por pessoas negras que me ajudaram a trilhar esse percurso. Agradeço às resistências negras e pindorâmicas brasileiras: passadas, presentes e futuras.

*Aumenta a raiva em mim sim  
Pelo que penso, creio e vejo aqui.*  
(SABOTAGE, 2000)

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como principal objetivo realizar um relato histórico escrevivido de um jovem negro de pele clara acerca da formação no curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói), em nível de graduação. Baseada na metodologia da Escrevivência, de Conceição Evaristo, este estudo assume método variante, aqui identificado enquanto Musicavivência, utilizando relatos vivenciados por mim e outros colegas negros e indígenas, bem como referências audiovisuais, musicais e bibliográficas científicas e literárias. Os objetivos específicos deste trabalho são compreender os movimentos hegemônicos e eurocentrados presentes na graduação em Psicologia da UFF-Niterói e compreender os caminhos tortuosos que as resistências de discentes e docentes afropindorâmicos percorreram no enfrentamento a esses movimentos coloniais vivenciados no Instituto de Psicologia UFF-Niterói, do período de 2016 até 2022. Os resultados da pesquisa mostram que o curso de Psicologia da UFF-Niterói mantém seu caráter eurocentrado epistemologicamente no ementário de disciplinas obrigatórias e optativas, com pouquíssimas referências teóricas não europeias e/ou de autoria não branca. Da mesma forma, os resultados retratam que ainda há uma maioria populacional de pessoas brancas entre docentes e discentes, bem como se mantêm fortes os atos reacionários contra propostas de currículos baseados em sabedorias afropindorâmicas. Apesar disso, tornou-se explícito que, mesmo sub-representados populacionalmente, pessoas negras e indígenas conseguiram se organizar e continuam se organizando contra o colonialismo pulsante nas entradas das epistemologias e fazeres acadêmicos hegemônicos atuais, provocando síncopes no pensamento colonial psicológico brasileiro.

**Palavras-chave:** Psicologia Preta. Psicologia. Formação acadêmica. Negritude. Escrevivência.

## ABSTRACT

This research aims to present a historical escrevivência account of a light-skinned Black young man regarding his undergraduate education in Psychology at the Federal Fluminense University (UFF-Niterói). Based on the Escrevivência methodology developed by Conceição Evaristo, this study adopts a variant method, referred to here as Musicavivência, employing lived narratives of my own experiences and those of other Black and Indigenous colleagues, as well as audiovisual, musical, and both scientific and literary bibliographic references. The specific objectives of this study are to understand the hegemonic and Eurocentric movements present in the Psychology program at UFF-Niterói and to analyze the challenging paths taken by Afro-Pindoramic students and professors in resisting these colonial forces experienced at the UFF-Niterói Institute of Psychology, from 2016 to 2022. The research findings indicate that the Psychology program at UFF-Niterói maintains its Eurocentric epistemological character in the curriculum of both mandatory and elective courses, with very few non-European or non-white theoretical references. Similarly, the results reveal that the majority of the faculty and student population remains white, and reactionary actions against curriculum proposals based on Afro-Pindoramic knowledge systems continue to be significant. Nevertheless, it became evident that, despite their underrepresentation, Black and Indigenous people have managed to organize themselves and continue to resist the pervasive colonialism embedded in the core of hegemonic academic epistemologies and practices, creating disruptions in Brazilian colonial psychological thought.

**Keywords:** Black Psychology. Psychology. Academic education. Blackness. Escrevivência.

## SUMÁRIO

### **1 PRELÚDIO, p. 10**

- 1.1 “MEU COURO É MARROM!”, p. 10
- 1.2 FORMAÇÃO SINCOPADA, p. 14
- 1.3 METODOLOGIA, p. 15
- 1.4 SENDO PESQUISADOR, SOU MAIS POETA, p. 17
  - 1.4.1 Apresento-me em melodia, p. 20
- 1.5 VOVÓS E VOVÔS, p. 21
- 1.6 PROFETA, p. 22
- 1.7 LA RICA DELÍCIAS, p. 23
- 1.8 CHUMI CHUMI ZORAIDE, p. 25
- 1.9 AOTEAROA, p. 26

### **2 INTERLÚDIO, p. 28**

- 2.1 REPARAÇÃO!, p. 28
- 2.2 TEM COR, TEM CORTE/ E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR, p. 29
  - 2.2.1 Quem tem medo do Behaviorismo?, p. 46
- 2.3 LUANDA, MISTÉRIO/ RESGATOU-ME A VIDA, p. 50

### **3 POSLÚDIO, p. 78**

### **4 REFERÊNCIAS, p. 81**

### **5 ANEXO, p. 86**

## **LISTA DE SIGLAS**

AFIDE/UFF - Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal Fluminense  
BR - Brasil  
CFP - Conselho Federal de Psicologia  
COLUNI-UFF - Colégio Universitário da Universidade Federal Fluminense  
ES - Espírito Santo  
ESP - Escola Sem Partido  
FMB - Faculdade de Medicina da Bahia  
ICHIF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
IEPIC - Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho  
MG - Minas Gerais  
NDE - Núcleo Docente Estruturante  
NIDI - Núcleo Institucional de Dados Integrados  
OBA - Olimpíada Brasileira de Astronomia  
PL - Projeto de Lei  
PSDB/AM - Partido da Social Democracia-Amazonas  
RJ - Rio de Janeiro  
Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Sisu - Sistema de Seleção Unificada  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UP - União de Professores  
USP - Universidade de São Paulo

## 1 PRELÚDIO<sup>1</sup>

### 1.1 “MEU COURO É MARROM!”

“Pra criança aprender basta quem ensina  
Essa é a verdade, criança aprende cedo a  
ter caráter  
A distinguir sua classe”

(SABOTAGE, 2000)

A frase que intitula esta subseção é a primeira lembrança que eu tenho de mim mesmo, expressando qual era a cor da minha pele. Eu devia ter por volta de quatro ou cinco anos quando, na casa dos meus avós paternos, em Fundão-ES, devido à alguma provocação que não guardei na memória feita por algum parente do qual não me recordo quem era, eu afirmei, irritado: “MEU COURO É MARROM!”.

Não lembro o que motivou a minha irritação, hoje só consigo imaginar a possibilidade de alguém ter dito que minha pele não era marrom (seja para branco, seja para preto), mas não posso confirmar isso. O fato é que eu já sabia que eu não era branco, pois estava aprendendo o nome das cores e sabia que a minha cor de pele era mais escura que o lápis “cor-de-pele”, aproximando-se dos lápis marrons que eu usava para colorir minha pele, a terra e os troncos das árvores. Também sabia que não era branco, pois era constantemente chamado de moreno e neguinho, normalmente de forma carinhosa pelos meus parentes, substantivos que eu pouco ouvia sendo utilizados para se referir a pessoas com a pele mais clara que a minha.

Mesmo já sabendo, desde muito novo, que minha pele era marrom, isso não foi um facilitador para que eu me afirmasse enquanto uma pessoa negra. Isso porque, diferentemente do meu aprendizado acerca do nome das cores e da

---

<sup>1</sup> Este trabalho está dividido em três momentos: Prelúdio, Interlúdio e Postlúdio. Escolhi esta forma para separar os momentos do texto a fim de fazer alusão aos períodos iniciais, intermediários e finais de uma obra musical. Escolhi esses nomes, pois são os que eu conheço dentro da teoria musical, sendo que o Prelúdio irá substituir o termo “Introdução”, enquanto o Interlúdio conterá o conteúdo ao que seria referente aos primeiro e segundo capítulos. Por sua vez, o Postlúdio encerra a obra, tal qual as “Considerações Finais”.

identificação das cores em cada pedaço de mundo à minha volta, eu demorei muito mais para aprender sobre raça e acerca das identidades raciais, inclusive a minha.

Não era uma temática discutida nas escolas em que frequentei e nem era uma temática discutida na minha família. Apesar de ser filho de pai negro e neto de avôs negros, além de ter encontrado alguns poucos professores negros na minha formação básica, esse era um assunto que pouco surgia de forma positivada ou explicativa no meu cotidiano. Normalmente, quando essa temática aparecia verbalmente, vinha em frases racistas, como “seu cabelo não molha” ou “se você não passar no vestibular, pelo menos você já tem cor para roubar”.

Por volta da minha pré-adolescência, dos 11 aos 13 anos de idade, eu já tinha a noção que eu era classificado enquanto pardo, mas mesmo sofrendo racismos que normalmente pessoas negras sofrem devido aos traços fenotípicos negróides, eu recorrentemente ouvia frases, como “Por que você não ri de piadas racistas? Você não é negro.”. Isso foi algo que aprendi com meus pais, a não rir de piadas racistas e entender que racismo não tinha nenhuma graça. Mas só depois eu fui aprender que os racismos que eu sofria vinham justamente do fato de que minha pele parda era apenas uma das minhas identidades negras.

Talvez por isso que, quando eu estava fazendo pré-vestibular para medicina em uma escola privada de Vitória-ES e uma menina branca me disse numa roda de conversa na hora do recreio, como se fosse uma piada, que se nada desse certo eu já tinha cor para roubar, eu não entendi, pois essa piada era feita para pessoas negras, e eu era pardo, não negro. Talvez por esse motivo, quando após esse acontecimento uma outra menina branca disse, só para mim, que não havia gostado do que a outra menina branca tinha dito, eu também não entendi, porque eu era pardo, não negro.

Eu demorei um bom tempo para entender que ela tinha dito isso porque eu era uma pessoa negra de pele parda. Tanto tempo, que eu só fui realmente saber e afirmar-me negro após alguns períodos cursando a graduação em Psicologia.

Antes mesmo de entrar no curso de Psicologia pela UFF-Niterói, eu já havia entrado em contato com a Psicologia. Além de ter feito alguns anos de análise com uma terapeuta da linha da Psicologia Sistêmica, eu me interessava por revistas de Psicologia e Psiquiatria, entrando em contato com alguns casos dessas ciências. Eu ainda não percebia, naquela época, que os casos eram em sua grande maioria

sobre pessoas européias, assim como eram escritos quase que unicamente por cientistas europeus. Eu ainda não percebia que, por mais que pudesse ter pensado, a questão da raça não aparecia enquanto algo pertinente no meu processo de análise na clínica psicológica. Isso porque tanto eu não sabia elaborar muito bem sobre os efeitos do racismo em minha vida, como a profissional em questão parecia não ter repertório de trabalho para pensar um processo terapêutico em que isso pudesse ser cuidado.

Quando, então, passei pelo terceiro ou quarto período de graduação em Psicologia pela UFF-Niterói a minha curiosidade acerca da construção de teorias, conceitos e práticas das psicologias possíveis aumentou para além das tradicionalmente apresentadas a mim. Ali começava a dar mais atenção para as questões de raça e etnia dentro da minha vida. Tanto em um processo de entender-me enquanto uma pessoa marcada como negra de pele clara no Brasil do século 21, quanto na percepção do constante apagamento das marcas negras em mim durante minha vida, apagamento de corpo e alma.

Apagamentos esses que ocorriam também durante minha graduação, em salas de aula, nas conversas com amigos brancos e alguns amigos negros que não me reconheciam enquanto negro, ou na minha família quando, por exemplo, alguém falava “eu acho que você se acha mais negro do que você é” ou “mas você não é negro”. Essas falas vieram com mais ênfase em minha vida a partir do momento em que eu comecei a trazer esses assuntos acerca da negritude e sobre a minha própria para as conversas. Também com desconhecidos, como quando eu e um amigo negro estávamos comendo em um restaurante próximo à universidade e um homem branco me chamou e perguntou “como faz para passar por cota, sendo branco desse jeito, mas com cabelo de negro?”.

Atribuo esses meus movimentos de afirmar minha negritude não apenas ao contato que tive com as poucas aulas da graduação que abordavam diretamente as questões raciais, de gênero e de deficiência, mas também - e principalmente - devido ao contato que tive com pessoas negras mais empobrecidas e mais enriquecidas do que eu e que entraram - em sua maioria - pelo sistema de cotas. Essas pessoas me ensinaram sobre outras formas de negritudes, ajudaram-me a me afirmar negro de forma a ver beleza e, ao mesmo tempo, lembrar-me do sofrimento nessa afirmação. Ali eu percebia o quanto apagada estava qualquer outra marca de minha ancestralidade que não fosse aquela que a branquitude projetou

para que eu conhecesse. Minha ancestralidade enquanto escravizado era mais do que reforçada antes de entrar na universidade, enquanto a imagem de reis, rainhas, líderes e lendas afropindoramicos apareciam apenas em folclore ou em revoltas violentamente suprimidas.

Ainda hoje, este é um trabalho árduo em minha vida, a ponto de ser o foco de meus temas de estudos no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual teve como tema de pesquisa o debate étnico-racial no curso de graduação da Psicologia UFF Niterói e o impacto que o curso tem na formação da identidade racial dos discentes negros, assim como envolvem minha temática de interesse na construção desta dissertação. Nesta trajetória de vida-pesquisa aprendi e percebi que a descolonização dos corpos colonizados é de extrema importância quando falamos das práticas de cuidado psicológicas com populações que foram e seguem sendo colonizadas, mas que isso pouco foi colocado enquanto ponto de relevância pela maioria dos professores e colegas que conheci durante a minha caminhada na graduação. Percebi, inclusive, que até mesmo aqueles que reconhecem a importância desse debate, muitas vezes, não se empenham em romper com os mecanismos colonialistas presentes em seus corpos, práticas e crenças.

Além disso, com as pesquisas que tenho feito acerca da graduação em Psicologia, percebi que, para mim e meus colegas negros do curso, perceber-se enquanto um profissional negro pode acontecer - se chegar a acontecer - apenas após a formação, quando em campo de trabalho. Foi isso o que aconteceu com uma amiga negra retinta que, mesmo trabalhando em campo nos estágios oferecidos pela grade curricular, mesmo se sabendo preta, só foi se perceber enquanto psicóloga negra - e a diferença que isso faz - depois de formada. O que demonstra, com sombra e sem dúvidas<sup>2</sup>, que **Formar-se Negro**<sup>3</sup> é uma síntese da formação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

Por isso faço essa pesquisa. A partir dela, pretendo refletir acerca da formação em nível de graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, por meio da escrivivência de um jovem negro. Mediante essa vivência-escrita, faço-me mais um compositor dos relatos de jovens negros brasileiros psicólogos que começam a pipocar pelo território nacional em forma de

---

<sup>2</sup> Utilizei esta expressão como uma crítica à expressão “sem sombra de dúvidas”, em função da associação constante da linguagem com a escuridão com o sentido de desconhecimento e o estabelecimento de que o que é tido como claro associado ao entendimento das coisas.

<sup>3</sup> Escolhi este termo em referência direta ao livro *Tornar-se Negro* (SOUZA, 1983).

artigos, dissertações, vídeos, publicações em redes sociais e etc. Relatos que, juntamente com outros diversos trabalhos, surgem para propor novas perspectivas de formações educacionais/profissionais que combatem os colonialismos norte-americanos e europeus enraizados na formação atual.

Na confecção desta dissertação, foquei em tentar compreender os movimentos hegemônicos e eurocentrados presentes na formação em Psicologia UFF-Niterói, operantes durante minha experiência na graduação e ainda permanentes durante a pós-graduação. Movimentos estes que reafirmam a vigência do racismo epistemológico, institucional, estrutural e cotidiano na formação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, bem como em outros espaços formativos e profissionais no Brasil.

Se, por um lado, a memória nos lembra que estamos há mais de 500 anos sob processo de dominação racial imperialista no Brasil, ela também nos recorda que estamos há mais meio século construindo lutas e resistências pela efetivação da liberdade dos povos africanos e indígenas nestas terras. Dessa forma, compreender os movimentos de resistência negra e indígena, organizados por docentes e discentes do curso de Psicologia-UFF Niterói, no enfrentamento à hegemonia eurocêntrica presente na graduação, compõe outro objetivo que este trabalho se propõe a atingir.

## 1.2 FORMAÇÃO SINCOPADA

Escolhi utilizar o termo “síncope” para compor o título e pensar esse movimento de formação a partir de duas perspectivas: discurso médico e ritmo. Dentro do discurso médico, síncope remete a um desmaio seguido de uma retomada de consciência, o que dentro de uma formação profissional majoritariamente embranquecida significa a quebra desse Pacto Narcísico da branquitude (BENTO, 2022), seguido da retomada das consciências negras e pindorâmicas no Brasil implementadas na formação (curricular e/ou extracurricular). Já no contexto do ritmo, síncope significa a marcação do tempo forte fora do tempo binário, presente em praticamente todas as rítmicas africanas no Brasil, como samba, tambor de crioula, maracatu e etc. Como efeito, a síncope introduz a mudança rítmica, bem como gera sensação de surpresa e movimento. Nessa

perspectiva, pensar uma “formação sincopada” é resgatar o ritmo africano para movimentar e surpreender a norma eurocentrada.

### 1.3 METODOLOGIA

*Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também.*

(EVARISTO, p. 30, 2020)

Baseado nas palavras escritas e oralizadas por Conceição Evaristo, propus para esta pesquisa uma metodologia que denominei Musicavivência, aplicada por meio das técnicas de escreviver. O principal ponto de diferenciação que proponho entre as duas metodologias é a fonte inspiracional artística central que atravessa meu corpo e o corpo de Conceição Evaristo. Se, por um lado, a autora afirma que o ato de ler e escrever salvou-lhe de adoecer - “[...] e falo adoecer no sentido de procurar outras formas de aguentar, de suportar a realidade” (EVARISTO, p. 33, 2020) - a música e a musicalidade tiveram o mesmo efeito em minha vida. Outro ponto de diferenciação que proponho (apesar de não aplicá-lo intensamente nesta pesquisa) é que a metodologia da Musicavivência não precisa, necessariamente, ser escrevivida ou oralizada, ela pode ser musicalizada ou musicavivida, inclusive, com sonorizações, danças, movimentos, não obrigatoriamente palavras e/ou descrições. Nesse sentido, a Musicavivência é anterior a qualquer escrita acadêmica e tem base nas vivências rítmicas africanas e afrodiáspóricas.

Tal qual a Escrevivência, a metodologia que tracei neste trabalho tem como referência central as mulheres negras, mais precisamente as Yabás, com grande influência de Oxum que, dentre tantas riquezas, guarda consigo a música e a musicalidade. Todavia, refiro-me também a Nanã, em sua sabedoria silenciosa,

compondo os movimentos musicais que não precisam ser, absolutamente, verbalizados. Seguindo os passos de Conceição Evaristo em sua análise histórica da condição de escravizadas das mulheres negras, mães de leite, que “cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de ‘contar histórias para adormecer os da casa-grande’.” (EVARISTO, p. 30, 2020).

A Musicavivência segue essa mesma premissa, substituindo as “histórias de ninar” por “canções de ninar”. Ou seja, se a Escrevivência tem como comprometimento contar histórias para acordar os da casa-grande, a Musicavivência se firma nas canções africanas e afrodiáspóricas para fazer valer esse mesmo compromisso.

Eu não tenho a menor pretensão de dizer que estou criando uma metodologia nova, mas reconheço que estou ajudando a conceituar academicamente movimentos ancestrais que são rejeitados pela categorização metodológica euro-cristã-monoteísta na constituição da ciência acadêmica. Isso porque, como eu disse, essa metodologia de produção de conhecimento por meio da musicalidade é muito mais antiga do que qualquer escrita. Fato é que podemos ver ótimos exemplos dessa metodologia sendo aplicada no Samba, nos pontos de macumba, no RAP, no Axé, no Forró, no Manguebeat, no Jongo, no Maracatu, e em várias outras formas de resistências e memórias fortemente ritmadas pelas culturas africanas ancestrais. Sendo assim, a Musicavivência não pretende, enquanto conceito, ensinar para os povos afrodiáspóricos que permanecem excluídos do Ensino Superior sobre algo que eles já conhecem e inventam muito bem. Mas sim, para que essas pessoas não precisem se aculturar ao realizarem uma pesquisa acadêmica validada cientificamente.

Sabendo dos riscos e dos acontecimentos históricos que fazem com que homens se apropriem do trabalho de mulheres e reivindiquem para si a autoria desses trabalhos, bem como dos machismos que fazem homens adorarem apenas outros homens e utilizarem as mulheres como objeto, é preciso salientar que a metodologia da Musicavivência não se baseia em citar as Yabás e protagonizar toda sua referência teórico-cultural em homens. Para musicaviver, é importantíssimo que leiamos mulheres negras, que ouçamos suas músicas, que ouçamos com atenção suas histórias de vida e seus sentimentos, suas ideias, e prestemos atenção em suas danças cósmicas.

Eu, enquanto homem, nasci e renasci por intermédio de várias mulheres. Das Yabás, das vovós, das mamães, das amigas, dos amores, bem como fui e estou sendo constantemente gerado por Conceição Evaristo, Neusa Santos Souza, Virgínia Leone Bicudo, Grada Kilomba, Chimamanda, Lélia Gonzalez, Victória Santa Cruz, Margareth Menezes, Leci Brandão, Jovelina Pérola Negra, Maria Carolina de Jesus, Beatriz Nascimento e muitas outras mulheres negras que escrevem e cantam suas vivências.

Além disso, devo referenciar também a Ildete Vianna Soares (Hil), mulher surda oralizada não branca, que é doutoranda no grupo de orientação do qual faço parte e me ensinou muito sobre as músicas que não são ouvidas pelos ouvintes, bem como a musicalidade que existe dentro de mim e em como eu sinto a minha Musicavivência.

#### 1.4 SENDO PESQUISADOR, SOU MAIS POETA

estreita, fria e reta esta escrita que se pretende fazer  
academia.

Não brinca, não pula, não tropeça.

Não erra a métrica.

Polida, adestrada e séria.

Dizem ser assim reta para que seja certeira como flecha.  
Mas esquece que flecha, no ar, balança pra não errar.

Eu comigo sou mais poesia  
E desde que entrei no mestrado me contraria  
Quando alguém fala sem medir a ousadia  
“Poema não é uma boa metodologia.”

Inconformado, eu diria.  
Pois para mim é nítida a ciência da poesia  
Fórmulas, conceitos, tentativas, erros, acertos,  
observações, hipóteses, justificativas, objetivos.

Talvez um dos problemas seja que a poesia é muito mais  
que isso  
E a dificuldade não seja fazer o poema ocupar o espaço da  
escrita acadêmica,

Mas sim, da escrita acadêmica conseguir suportar o tamanho da poesia.

Não porque a poesia é demasiadamente grande.  
Mas porque a escrita acadêmica costuma ser  
demasiadamente pequena.  
A poesia tem a sua maleabilidade.  
Enquanto a escrita acadêmica costuma ser rígida.

A poesia é instrumento de transmissão de saber ancestral  
Nas macumbas, nos rituais, nas rodas, nas cantigas.

Pensando assim fica até mais evidente um caráter  
epistemicída.  
Reduzida, normativa e exclusiva.  
Elitista.

Eu deveria acreditar  
que um poema não conseguiria  
se fazer entender  
Tal qual um texto científico faria.

Mas pra mim é fácil lembrar  
dos textos acadêmicos  
repletos de um raciocínio distante  
e palavras vazias.

Eu deveria acreditar  
Que a poesia na academia  
É coisa de pessoa branca com herança  
Que se diz humanista.

Mas pra mim é fácil lembrar  
Do canto de Yemanjá  
Vibrando nas águas do mar  
Versando a ciência da vida.

(André Profeta Araújo Ferreira)

O COMEÇO É O FIM

Engraçado pensar que  
Sempre quando contamos uma história

Dizemos “vou começar do começo”  
Para delinear sua trajetória

Esquecemos, assim, que o começo é agora  
Pois quem conta a história já está no fim  
E é justamente no fim  
Que se começa a história.

(André Profeta Araújo Ferreira)

Sendo assim, (re)começarei do começo. As histórias que contarei começaram hoje, na data de 23 de setembro de 2024, e não possuem data certa para terminarem. Se posso ser sincero - e sei que nem sempre posso - , essas histórias começam neste momento em que escrevo, mas só começaram hoje pois puderam começar ontem, assim como recomeçará amanhã. Não se trata de um retorno eterno, pois não há retorno, e esta é uma das situações que se aprende em diáspora.

Diasporicamente falando, recomeço a história. Encontro-me atualmente em Jardim da Penha, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, um bairro de classe média que tenta imitar os modelos parisienses e norte americanos de arquitetura e urbanismo, com prédios baixos e em formatos de paralelepípedos, a maioria envidraçados e gradeados. Todavia, também existem algumas árvores pelas calçadas, pracinhas e areias da praia. Inclusive, próximo a janela do quarto onde durmo e estou escrevendo esta dissertação, é possível ver uma árvore onde transitam os passarinhos que moram pela região e os que estão em movimento migratório, bem como ver e/ou ouvir os automóveis apressados, roncando seus motores, e os desapressados, subindo e descendo vagarosamente a pequena ponte aqui perto. Também é possível ver e/ou ouvir os movimentos das pessoas, assim como seus cantos com sotaques melódicos disfarçados de conversas, suas músicas tocadas em pianos, violões ou em aparelhos eletrônicos, as contagens das aulas de Ballet a ressoar “1, 2, 3, 4 e 5, 6, 7 e vai!” no compasso de uma música do Gilberto Gil, gritos e golpes das aulas de Aikidô de uma escola próxima, bem como cachorros latindo de dentro de um hotel para cães.

A maior parte da população que vejo caminhar por essas redondezas aburguesadas são lidas como brancas ou estão embranquecidas, mas nem mesmo

os olhares mais indiferentes podem desperceber a desigualdade pulsante nas veias asfaltadas nesta região. Nesta cidade, como na maior parte do Brasil, a maioria da população se autodeclara negra e é essa população que ocupa a maior parte dos cargos de atendentes, seguranças privados, entregadores, empregadas domésticas, porteiros, catadores de material reciclável, garis e outras profissões desvalorizadas, comumente ocupadas por pessoas negras no Brasil. Ainda maior é a representatividade das pessoas negras entre a população em situação de rua que transitam pelo bairro e são comumente mal tratadas pelos residentes dos bairros de Jardim da Penha e adjacências.

As histórias a serem contadas estão, inevitavelmente, marcadas pelo meu cotidiano atual e considero essas marcas tão importantes quanto às passadas que carrego em meu corpo contador de histórias. Por isso, começo contando onde estou e sobre as musicalidades<sup>4</sup> deste ambiente, a fim de contrapor também a centralidade antropocêntrica individualista tão requisitada pelas ciências psicológicas. Obviamente, contudo, os cotidianos que vivo não escapam do meu corpo, que inclusive, por sê-lo, já não é antropocêntrico.

#### 1.4.1 Apresento-me em melodia

*Sou mandinga, Balaiada*

*Sou Malê*

*Sou búzios, sou revoltas, arerê*

(OLISSAN & SÉRGIO, 1966 )

Possuo vários nomes sem possuir nenhum deles. Apresentam-me André Araújo Ferreira e me conhecem como André e/ou André Profeta, mas eu posso vários outros nomes. Homo sapiens, Humano, Objeto, Negro, Branco, Mestiço, Homem, Mulher, Animal, Psicólogo, Músico, Artista, Brasileiro, Pindorâmico, Afro-latino... enfim, e eu mesmo não os posso e nem pretendo possuí-los. Mesmo

---

<sup>4</sup> Aqui entenderemos musicalidade não apenas enquanto uma característica da música e/ou de musicistas, mas sim enquanto uma qualidade do movimento, enquanto vibração da matéria, ou seja, pode-se considerar os passos de uma pessoa, o teclar de um computador, a fala, a dança, os passos silenciosos de um gato, as batidas de um coração, o movimento dos agentes de compostores em um corpo em decomposição e várias outras formas de movimento/mudança/transformação enquanto um acontecimento da musicalidade.

que eu lhe explicasse quem sou, você não entenderia e, se você me pedisse para explicar novamente, eu não poderia, pois eu não lembraria.

Não que eu seja assim tão etéreo e exotérico. É que meus ancestrais, as terras, as árvores, os fungos, as chuvas e os rios me ensinaram sobre as transformações constantes das vidas e as certezas do inesperado. Exu me ensina a ser o que nunca fui e, ao mesmo tempo, nunca deixei de ser. Então, não espere de mim uma definição tão complacente com as identidades pré-estabelecidas que marcam meu corpo. Dessa forma, vejo-me mais como corpo flor, que, nas palavras de Castiel Vitorino, “[...] são essas pessoas que questionam gênero, questionam norma do gênero, norma da sexualidade, questionam a branquitude... então todas essas resistências [...] estão colocadas dentro do corpo flor.”, definição dada por ela em entrevista para o *Webdoc Corpo Flor com Castiel Brasileiro - Arte, Sexualidade e Transgressão* (2018). Ao passo, porém, que mais identifico meu corpo enquanto *corpo-som*, tamanha a presença da música e da musicalidade em minha vida.

Assim como Castiel relata nessa entrevista que muito de seu corpo flor vem dos ensinamentos ancestrais (encarnados ou não), eu posso lhes dizer que meu *corpo-som* dança com as musicalidades ancestrais que me atravessam.

Nasci com os sons inaudíveis dos cosmos  
Sou com Tupã e Oxum  
Movimento que faz do impossível  
A possibilidade de ser  
Corpo-som  
Nos Cosmos, somos som  
Corpos-somos.

(André Profeta Araújo Ferreira)

## 1.5 VOVÓS E VOVÔS

*Pararuram* é um dos sons ancestrais que carrego comigo. Quando eu e meu irmão éramos crianças, frequentemente brincávamos pela casa dos nossos avós paternos, em Fundão-ES, cidade na qual morei desde os 3 até os 10 anos de idade.

Caminhando e vocalizando como quem progride em “Dó” “Ré” “Mi” “Fá”, sabíamos que meu avô Natálio, um homem negro sapateiro, filho de ribeirinhos da cidade de Santa Rosa-ES, estava para chegar do serviço na sapataria. Só ele tinha o costume de fazer essa vocalização, imagino que herdada da prática com o trompete. Hoje, algumas vezes quando o vejo, quem vocaliza o *Pararuram* sou eu, e ele sorri. Como eu sorria quando ele chegava.

Eu tenho lembranças musicais de todos os meus avós. Minha avó paterna Julita, mulher branca com bipolaridade, neta de imigrantes italianos que vivia na pobreza junto com a irmã e a mãe após serem deserdadas pelos homens da família com a morte do meu trisavô. Ela me recorda muito as músicas da igreja, dos programas religiosos que passavam na televisão, mas também algumas músicas da Jovem Guarda, como do Roberto Carlos, cantor pelo qual minha avó tinha paixão. Além disso, imaginar musicalmente os dois me leva direto aos forrós e baiões de Luiz Gonzaga, ritmo que eles gostavam de dançar juntos.

Meu avô e minha avó materna vieram da mesma cidade e de famílias com condições financeiras parecidas. Ambos eram descendentes de pessoas negras que viviam da roça, numa cidade do interior de Minas Gerais chamada Senhora do Porto. Minha avó é uma mulher branca, que trabalhava com costura na época em que meu avô, um homem negro, trabalhava na construção de ferrovias enquanto operário da antiga Vale do Rio Doce, atual Vale. Quando íamos passar as férias escolares na casa deles em Belo Horizonte-MG, entre melodias barulhentas de martelos e serrotes, podia-se ouvir o rádio velho de vovô tocando apenas as melhores qualidades da música sertaneja raiz e seus modões de viola, enquanto vovó na cozinha, preparando mais algum bolinho de chuva, pão-de-queijo, pudim, doce de leite, pão com mortadela, broa de milho (e tudo isso só para o café da tarde). Ela também cantava marchinhas de carnaval, mas sempre como se fosse quarta-feira de cinzas, num tom melancólico e lento, independentemente do seu humor.

## 1.6 PROFETA

André Profeta é um nome artístico que escolhi após uma viagem que fiz para visitar minha família materna. Eu fiz essa visita à minha avó e à minha prima de

segundo grau devido à sugestão da profissional em psicologia que me atendia na época (se não me engano, foi no mesmo período em que iniciei minha vida na universidade). Como a psicóloga me sugeriu realizar um resgate da minha história familiar materna, comecei a perguntar sobre meus bisavós e a conhecer alguns tios-avôs que eu não conhecia. Entre tantas histórias, eu me interessei muito pela do pai do meu avô, que era conhecido enquanto “Profeta”, na região de Senhora do Porto. Segundo minha prima, ele ficou conhecido assim por ser um grande orador, mobilizando resistências de pequenos agricultores contra os grandes latifundiários da região, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, em meio à Política do Café com Leite.

Minha prima conta que, por assim ser conhecido, tanto mulher quanto seus filhos eram conhecidos por ser “alguém” do profeta. Como exemplo, as pessoas próximas chamavam meu avô de “Neném do Profeta”, quando ele era recém-nascido. Com o tempo, o nome “do profeta” foi meio que esquecido, mas meu avô era corriqueiramente chamado de Neném, inclusive por minha avó, durante toda sua vida. Tanto que eu só fui saber que o apelido dele vinha daí apenas nessa visita. Inspirado pela história ancestral de resistência do meu bisavô, eu escolhi o nome André Profeta para enraizar esse resgate histórico das vidas da minha família materna.

## 1.7 LA RICA DELÍCIAS

Entre os anos de 2018 e 2019, eu vivi várias experiências musicais com o Coletivo Mardiarte, grupo criado por mim e outros colegas da Psicologia UFF-Niterói, com o qual viajamos e tocamos entre Niterói-RJ, Rio de Janeiro-RJ, São Pedro da Serra-RJ, Lumiar-RJ e Vitória-ES. Com o Mardiarte, sinto que ganhei outro ritmo para minha música, algo que eu já vinha treinando ao ensaiar sambas e forrós antes de formar o coletivo, que foi muito influenciado pelas trocas que tinha com Gabriel Turque Luguinho e Adílson Ferreira Franco. Eles traziam consigo não apenas ritmos, mas diversas sabedorias ancestrais do povo afrodescendente no Brasil, cada um com suas especificidades, advindos de regiões consideradas periféricas em relação às cidades do Rio de Janeiro e de São Gonçalo.

Porém, nessa caminhada, houve um lugar muito importante neste processo de **Formar-me Negro** chamado **La Rica Delícias**. Tão importante que, talvez, apenas essa experiência já mereceria uma dissertação, talvez uma tese. Mas como esta é a última coisa que escreverei nesta dissertação, que finalizo na madrugada do dia 05 de fevereiro de 2025, não pretendo me alongar muito.

**La Rica Delícias** é uma empresa, criada e administrada pela Tehúli da Silva Resende, uma mulher negra da favela que sempre foi do corre<sup>5</sup> e me ensinou imensidões sobre o que é e o que pode ser uma pessoa negra no Brasil, nossas filosofias mais profundas de senso de comunidade, amor, raiva, resolução de conflito ou inflamação de conflito, entre tantas coisas. Inclusive, entre elas, uma que ela me ensinou sem querer e eu pude aprender (ou achar que aprendi), pelo menos um pouquinho, algumas coisas que só uma mulher preta favelada e mãe solo de criança preta acessam enquanto saber nesse país. Eu mesmo nem sei dizer direito o que é, mas sinto que aprendi. Não necessariamente por minha habilidade em aprender, mas principalmente pela maestria com que Tehúli costuma transmitir seus saberes.

Atualmente, o **La Rica Delícias** é uma empresa de catering<sup>6</sup> com endereço virtual no *instagram* (<https://www.instagram.com/la.rica.delicias/>), sob o arroba @la.rica.delicias, que oferece seus serviços para eventos, ofertando alimentos cheios de sabor mediante a culinária da Tehúli, a qual considero mestra de saber ancestral nessa arte de fazer comida e alimentar - não apenas a barriga - de quem senta à sua mesa. Na época em que o Mardiarte começou a fazer suas apresentações nesse espaço, o estabelecimento ficava localizado no bairro do Ingá, a apenas algumas ruas da minha casa. O local era tanto restaurante, quanto espaço multicultural e casa da Tehúli, recebendo suas crias, e quem mais ela aceitasse acolher enquanto residente (de tempo ou de poucas temporadas).

Com o tempo, passamos a fazer shows quase que exclusivamente por lá, com pelo menos um mensal. Além dos shows, nós íamos a convite da Tehúli ou de alguém que fosse fazer um evento por lá (normalmente pessoas próximas à Tehúli ou que ela convidava). Das personalidades mais famosas (que eu saiba), passaram o atual Deputado Estadual de São Paulo Eduardo Suplicy e o Artista Eduardo

---

<sup>5</sup> Gíria de origem das pessoas da periferia, comumente usada e difundida no vocabulário carioca e da baixada fluminense (bem como em outras regiões do Brasil). Atualmente, é muito utilizada para expressar uma característica de alguém que está trabalhando ou é trabalhador, ou que sempre teve que dar um jeito para se sustentar e/ou sustentar seus parentes.

<sup>6</sup> Serviço de alimentação que consiste na preparação e entrega dos insumos.

Marinho, mas eu não cheguei a estar presente no mesmo dia que eles. Minha vivência maior foram com pessoas negras faveladas ou de outras regiões periféricas estudantes da UFF que frequentavam o espaço, eram bem recebidas e gostavam de estar lá pelo lugar, que, para muitos ali, era literalmente uma experiência de aquilombamento (SOUTO, 2020) em meio a um centro embranquecido que eram as pistas do bairro do Ingá e da UFF.

### 1.8 CHUMI CHUMI ZORAIDE

Por volta dos anos de 2016, chegava de mudança para morar na cidade de Niterói. Fui morar em uma república de estudantes do curso de Direito da UFF-Niterói chamada Chumi Chumi (o nome era muito maior, mas assim a chamávamos para abreviar). Fui para lá, pois um dos moradores era meu irmão mais velho, que já estava cursando Direito na UFF há uns 4 anos mais ou menos. Ela ficava no bairro Ingá, em Niterói, e era uma casa espaçosa que dividíamos em seis pessoas. O condomínio era ocupado majoritariamente por pessoas aposentadas de classe média alta, mas, como estávamos em muitas pessoas, conseguimos dividir. Ficava bem próxima da Faculdade de Direito da UFF, o que me permitia fazer quase tudo o que eu tinha que fazer a pé, caminhando pelo bairro do Ingá e adjacências. Entre os moradores da república, fiz dois ótimos amigos que tenho carinho até hoje: José Carlos Júnior e Rafael Bessa. Ambos homens negros, um do bairro de Campo Grande, da cidade do Rio de Janeiro, e outro de Cachoeiras de Macacu, na serra do estado carioca. Os dois eram graduados do curso de Direito e atualmente são profissionais em suas respectivas áreas dentro da prática advocatícia. Em específico, Rafael Bessa também foi um companheiro de música e composição, bem como fonte de inspiração para algumas músicas que compus após entrar em contato com as composições que ele fazia e me apresentava, as quais eu sempre achei incríveis e diferenciadas, que, para nossa sorte, estão registradas no seu álbum “Sem os Pés no Chão” (BESSA RODRIGUES, 2023). Apesar de tecnicamente ter ingressado na universidade no segundo período de 2015, devido à greve de 139 dias dos servidores que acabou em outubro deste mesmo ano, eu só comecei a ter aulas na Psicologia UFF-Niterói próximo ao final de 2015.

## 1.9 AOTEAROA

Relembrando esse momento da greve, atentei-me a um fato curioso. Devido à greve de 2015, eu e meu irmão passamos boa parte desse tempo em Vitória. Nessa época, eu ainda não havia me mudado para Niterói e meu irmão voltou para casa enquanto a greve não anuciava seu fim para economizar dinheiro e não ficar sozinho na cidade. Ficávamos aqui como não ficávamos há muito tempo e nunca mais voltamos a ficar depois da greve: de bobeira, fazendo vários “nadas”, vendo a vida acontecer e fazendo o que estávamos com vontade de fazer. Lembro que chegamos a fazer juntos um curso de culinária mediterrânea por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Nossos pais resolveram, então, presentear-nos com um intercâmbio para alguns lugares no exterior que tivessem a língua inglesa como uma das línguas oficiais. Eu e meu irmão ficamos em dúvida sobre ir para Malta ou para a Nova Zelândia, mas escolhemos a segunda opção por pensarmos que seria uma região que não entraria tão facilmente novamente no nosso radar de possibilidade de viagens futuras (o que pra mim hoje declara um interesse desde aquela época para outras regiões do mundo que não as mais próximas geograficamente da Europa ou Estados Unidos, que também estavam entre as possibilidades de intercâmbio). Meu pai, atualmente, relembra, em tom de brincadeira, que nos mandou para o intercâmbio, pois estávamos com muito tempo sem fazer nada dentro de casa. Mas eu sei que dar essa oportunidade para os filhos era, para nossos pais, uma vontade de “dar aos filhos o que não se teve”, um pensamento tão recorrente nas famílias empobrecidas brasileiras.

O fato que me atiçou a curiosidade e se conecta com este trabalho de pesquisa é que, durante a viagem pela Nova Zelândia, percebemos que existiam incentivos neste país para a valorização e manutenção da cultura dos Maori<sup>7</sup>, povos

---

<sup>7</sup> Maori é o termo utilizado para se referir aos grupos de nativos polinésios que existiam na Nova Zelândia antes das colonizações europeias no território. De acordo com um dos guias descendentes dos Maori que nos apresentaram alguns de seus costumes e rituais, o termo “maori” significa algo próximo à tradução de “humanos”, porém, numa pesquisa rápida pela plataforma [google.com](http://google.com), pode-se entender enquanto “nativo”.

que existiam na região anteriormente à colonização britânica no território. Nessa viagem, aprendemos que Aotearoa (como é conhecida atualmente a região da Nova Zelândia pelos Maori), apesar de ter passado por um processo colonizatório, tinha como obrigatório o ensino da língua Maori nas escolas. Vimos que a seleção de Rugby (esporte tradicional no país) realizava o Haka (ritual de preparação para enfrentamentos em guerras realizada pelos Maori) antes de confrontar os rivais, entre outras propostas de uma criação de um país bicultural em contraposição à manutenção institucional de um país que tenta ser monocultural (mesmo que pela mistura unificante)<sup>8</sup>.

Porém o que canta e me encanta nessa lembrança não são precisamente os processos socioinstitucionais que ocorreram na Nova Zelândia, pois esses eu mesmo não os conheço muito bem. O que me encanta são os movimentos cósmicos e essas confluências<sup>9</sup> (UNIperiferias, 2019) de me deparar com a recordação de viver experiências num país que tem como obrigatório o ensinamento da língua das pessoas que foram colonizadas presente nas instituições de ensino formais. E vivenciar tudo isso antes de ter aulas na Psicologia UFF-Niterói. Nesse sentido, fico encantando com o fato de, hoje, estar aqui na pós da mesma instituição e instituto nos quais me graduei, escrevendo sobre a necessidade de envolver os ensinamentos e as pessoas das culturas afropindorâmicas com as instituições de ensino brasileiras.

---

<sup>8</sup> Ex: Miscigenação racial e projeto de embranquecimento nacional; Democracia racial.

<sup>9</sup> Optei pelo termo confluência para pensar mediante os ensinamentos de Nego Bispo acerca dos acontecimentos não enquanto coincidentes, mas enquanto confluentes. Os acontecimentos da vida não se relacionam num plano céitico, racionalista, desconectado e desrelacionado como na coincidência. Seguindo os caminhos das encruzilhadas, das águas, das florestas e dos ventos, entender os acontecimentos por meio da confluência é abrir espaço para uma percepção correlacional e encantada da vida plural em seus significados, em processos constantes de envolvimentos e transformações diversificadas. Para Nego Bispo, “Não existem coincidências, não há os ‘encontros casuais’. Eu digo que sempre existe confluência. As nossas movimentação se direcionam rumo a outras de acordo também com nossos relacionamentos, com os nossos sentimentos” (COLETIVO CATARSE, 2015, 1:40 min)

## 2 INTERLÚDIO

### Por quê Psicologia?

Quando perguntado pelos motivos pelos quais havia escolhido cursar Psicologia na Universidade, minha resposta padrão era acerca do meu interesse nas práticas de cuidado e nas ciências biológicas (sempre fui fascinado pelos seres que, na época, entendia enquanto animais, desde os dinossauros até os cachorros, peixes, passarinhos, roedores e gatos). Hoje entendo que, para mim, existe algo mais específico e urgente do que o cuidado para com as populações afropindorânicas. Isso, pois, sobre cuidado, nós entendemos muito bem! Mesmo sofrendo ataques e opressões sistemáticas e seculares, mesmo tendo nossas relações plurifamiliares comprometidas pela imposição do *modus operandi* de família euro-cristã-monoculturalista, as populações quilombolas, faveladas, ribeirinhas e pindorânicas conseguiram e conseguem, de várias formas, se cuidar para manterem vivas suas memórias, ancestralidades e famílias. Não somente cuidam de si como cuidam do mundo, diferenciação que não faz sentido para quem construiu sua cosmogonia sem se separar da “natureza”.

Pois, então, qual seria essa vibração que me balança para estar aqui hoje escrevendo sobre Psicologia? A palavra ressonante, o sentimento vibracional que me coloca na frequência das ciências psicológicas não deixam de trazer consigo o cuidado. Na verdade, é parte fundamental do ciclo de cuidado.

### 2.1 REPARAÇÃO!

Reparação é a palavra que trarei no começo deste capítulo enquanto um movimento urgentemente atual que se movimenta por feridas antigas de açoite dos chicotes e cassetetes que ainda sangram abertas nas populações afropindorânicas no Brasil. Reparação é parte do cuidado. Reparar (nos seus múltiplos sentidos) os machucados antigos (e novos) provocados pelos sistemáticos extermínios e escravidões de corporeidades africanas e pindorânicas que ocorrem até os dias atuais. Sigo, neste sentido, que não vem somente de mim, mas de propostas coletivas de movimentos afropindorânicos que enfatizam a importância da

reparação histórica enquanto política de enfrentamento aos genocídios que acontecem no Brasil.

Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só arremessou hoje.

Por meio desse texto, eu e Exu, atiraremos uma pedra.

## 2.2 TEM COR, TEM CORTE/ E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR<sup>10</sup>

Quando penso no meu primeiro semestre na Psicologia UFF-Niterói, minhas lembranças acertam boa parte das vezes as memórias de entusiasmo e animação para conhecer pessoas novas e aprender novas coisas. Lembro-me de viver esse semestre com empenho em conhecer e me tornar amigo do máximo de pessoas possíveis, assim como ler e aprender os novos conteúdos que estavam sendo ensinados nas aulas e aproveitar as novidades da vida numa universidade pública em uma cidade diferente.

Meu dia a dia era basicamente ler os textos, frequentar as aulas, comer no Restaurante Universitário e conhecer a universidade em grupo com os novos colegas, encerrando o dia na Cantareira<sup>11</sup>, festejando, conhecendo mais colegas de curso, fumando prensado e fazendo brincadeiras alcoólicas, como “CS composto”<sup>12</sup>, normalmente regadas a cachaça e Cantina da Serra.

Quando me inscrevi para o curso por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), a informação era que o curso de Psicologia da UFF-Niterói era de turno integral, ou seja, que teríamos aulas no período da tarde e da manhã. De fato, isso acontecia, mas não da forma como eu imaginava, em princípio. Com as recordações de estudar em período integral (passando manhãs e tardes no Pré-vestibular), imaginava que seguiria o mesmo ritmo na Universidade, porém, os horários das aulas do curso de Psicologia eram fragmentados. As aulas do período da manhã aconteciam assim como as aulas do período da tarde, mas não no mesmo dia, ou seja, havia dias nos quais tínhamos aula de manhã, de tarde e de noite, assim como

---

<sup>10</sup> (LUEDJI LUNA, 2017).

<sup>11</sup> Cantareira é a praça localizada em frente à entrada principal do Campus do Gragoatá.

<sup>12</sup> Existem algumas versões possíveis dessa brincadeira, mas a que jogávamos consistia em nos organizarmos em roda e (em sentido horário), na qual cada um dizia a primeira palavra que lhe vinha à mente em associação àquela dita anteriormente pela pessoa ao lado. Todavia, caso a palavra começasse com as letras “C” ou “S”; ou fosse uma palavra composta; ou não tivesse qualquer relação com a palavra dita anteriormente, a prenda era tomar uma dose da bebida alcoólica. Após pagar a prenda, a pessoa que bebia recomeçava a brincadeira.

dias que só tínhamos aulas de manhã, bem como dias que só tínhamos aulas à tarde e à noite.

Devido a isso, algumas pessoas da turma que tinham que trabalhar e tentar acompanhar o ritmo elitista de disposição integral ao curso não estavam presentes nos momentos extra-sala, assim ficavam “desperiodizadas”, ou seja, tinham que se programar para acompanhar as aulas obrigatórias do primeiro período em períodos posteriores, tendo de se desgastar ainda mais para tentar se encaixar em uma rotina anti-proletária, produzida historicamente para atender aos filhos das elites e dificultar a permanência daqueles que precisam trabalhar para sustentar um ou mais tetos, uma ou mais barrigas, um ou mais sonhos.

Um dia, conversando com uma colega de curso preta vinda de uma região periférica do Rio de Janeiro, ela me disse que, quando ela fazia o curso de Filosofia na UFF (antes de ingressar na Psicologia), uma das brincadeiras que ela tinha com as colegas era tentar adivinhar a qual curso cada pessoa que passava estava vinculada na instituição. Ela me disse que as pessoas que estudavam no instituto de Psicologia eram facilmente identificáveis, pois eram quase todos brancos, com roupas parecidas. Essa mesma colega me disse que quando ela entrou na turma da Psicologia UFF-Niterói em 2016, uma das primeiras coisas que ela reparou no primeiro dia de aula foi que ela era uma das poucas pessoas pretas na turma, atestando para ela que, mesmo após a implementação das cotas raciais na UFF desde 2003, o curso de Psicologia da UFF-Niterói continuava composto majoritariamente por pessoas brancas. “Me ver pobre, preso ou morto já é cultural” (RACIONAIS MC's, 2002).

Apesar de estatisticamente podermos identificar quais cursos possuem maior acesso de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, se olharmos para um quadro geral de 11 anos de implementação das cotas raciais na UFF, perceberemos que a Universidade Federal Fluminense, enquanto instituição, ainda possui disparidades alarmantes quando se diz sobre representatividade afrodescendente no grupo populacional de discentes da Universidade em comparação com as proporções regionais e nacionais.

Segundo uma matéria realizada pela Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal Fluminense (AFIDE/UFF), uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo Institucional de Dados Integrados (NIDI), apontou que a maioria dos discentes da UFF são brancos. A pesquisa utiliza seis

categorias para dividir o contingente de estudantes da UFF racialmente: Pretos, Pardos, Brancos, Amarelos, Indígenas e Não declarados. De acordo com a matéria, Pardos representam 19,21% dos estudantes da UFF, enquanto Pretos representam 8,5% dessa população, totalizando 27,71% de pessoas autodeclaradas negras na população discente total da UFF. Já Indígenas e Amarelos autodeclarados representam, respectivamente, 0,13% e 0,44% desta população. Juntos Negros, Indígenas e Amarelos autodeclarados representam 28,28% dos discentes. Já para a população Branca, a porcentagem sobe para 33,3%, enquanto a população de Não declarados atinge 38,42% das respostas dos entrevistados (AFIDE/UFF, 2023).

Apesar de 38,42% das pessoas entrevistadas não terem declarado raça (o que é um valor considerável em termos de pesquisa populacional), ainda assim é interessante ver que com 61,58% de declarações, pessoas brancas já representam a maioria. Mesmo assim, é importante que seja levantado questionamento acerca das motivações para essas pessoas não se declararem racialmente na entrevista. Por vezes, as pessoas não sabem dizer a qual raça elas pertencem (o que, inclusive, pode acarretar declarações equivocadas). Por vezes, elas pretendem esconder a sua raça por vergonha, assim como há aqueles que não consideram essa uma questão importante para ser respondida. Entre tantos outros motivos possíveis para a não declaração, entendo que essa quantidade considerável de pessoas que optou por não identificar a própria raça reflete no prejuízo que uma formação educacional desracializada representa, não apenas para o próprio entendimento do indivíduo enquanto profissional e cidadão, mas para a própria garantia da efetivação de políticas públicas de acesso.

Com esses dados atualizados, é possível entender que se minha colega entrasse hoje no curso de Psicologia da UFF, muito provavelmente, ela teria uma percepção muito aproximada da que ela teve há 8 anos. Percepção essa que eu imagino que ela esteja reencontrando ao se deparar com a baixa porcentagem de profissionais da Psicologia pretos já que, de acordo com o Censo da Psicologia Brasileira (CFP, 2022) realizado pelo Conselho Regional de Psicologia em 2022, a população de profissionais da Psicologia se assemelha à população de discentes da UFF no sentido das estatísticas raciais. Fato curioso para pensar as similaridades entre UFF/Psicologia-UFF/Campo profissional da Psicologia.

De acordo com o CensoPsi 2022, Brancos representam a maioria dos profissionais (63%), seguido por Pardos (26,1%), Pretos (8,5%), Amarelos/Orientais (1,2%) e Indígenas (0,3%). Ou seja, se compararmos as pesquisas da NIDI com a pesquisa do CensoPsi 2022, perceberemos a representação estatística de pessoas brancas sendo maioria e pessoas não brancas sendo minoria, com quantidades maiores (entre não brancos) de pessoas pardas, seguidas de pessoas pretas, amarelas e pessoas indígenas com menor representatividade. Importante ressaltar que, apesar de pessoas negras não estarem especificamente representadas no níveis percentuais mais baixos - tal qual amarelos/orientais e indígenas -, “os dados do mercado de trabalho brasileiro apontam que a população negra apresenta os piores índices no que tange à desocupação, à renda, aos setores de ocupação e aos cargos ocupados (Reith, & Rachid, 2021)” (CFP, p.57, 2022), o que categoriza um mercado de trabalho anti-negro no Brasil.

Mesmo assim, até hoje, eu tenho que debater com pessoas brancas sobre a importância das cotas em concursos das mais diversas categorias empregatícias e acadêmicas.

Recentemente, dois amigos brancos reclamaram que as cotas raciais para a especialização em residência médica não faziam sentido algum, já que, segundo eles, após se formarem na graduação em medicina as oportunidades são as mesmas para qualquer pessoa, além do que, eles pareciam confiar muito no caráter objetivo dos métodos avaliativos dos processos de seleção das residências médicas. Objetivamente, predominantemente branca<sup>13</sup>.

Eu não acredito na ingenuidade branca. Será mesmo que eles não sabem que a vida de uma pessoa negra, asiática e/ou indígena NUNCA será igual à de uma pessoa branca? Será mesmo que eles não sabem que a maioria esmagadora dos estudantes de medicina nas residências médicas é branca? Eu não acredito nisso. Não acredito mais na ingenuidade branca porque eu sei... eu sei que eles não queriam estar na pele de uma pessoa negra.

Dá pra ver isso em uma parte do documentário “Olhos azuis”, de Jane Elliot (Filosofando Ciências Humanas em Debate, 2016). Em um auditório, ela diz para um

---

<sup>13</sup> De acordo com a Demografia Médica no Brasil 2023 (pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo), 70,1% dos estudantes de residências médicas no Brasil se autodeclararam pessoas brancas. Disponível em:  
<https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias/lancado-o-estudo-demografia-medica-no-brasil-2023>.

grupo de pessoas brancas levantarem as mãos caso elas desejasse ser tratadas da mesma forma que uma pessoa negra é tratada hoje em dia. Nenhuma das pessoas levantou a mão, ao que Jane Elliot responde que isso caracteriza que essas pessoas brancas sabem exatamente o que está acontecendo, logo, a pergunta que ela insere após essa constatação é: Se vocês sabem o que acontece e não querem isso para vocês, porque vocês permitem que isso ocorra com os outros?

E eu me pergunto, porque pessoas brancas continuam se posicionando contrariamente às cotas raciais para vagas que elas sabem que são majoritariamente ocupadas por pessoas brancas? Será mesmo que eles não sabem que o público alvo das cotas raciais não representa nem metade da população total de profissionais da própria classe? Chega a ser ridículo e digno de pena ver uma pessoa branca se sentir injustiçada e com medo de “perder vaga” para uma pessoa negra sendo que existem tão poucas pessoas negras na própria classe profissional.

Outras perguntas interessantes são: Por que pessoas brancas continuam se inscrevendo em vagas destinadas a cotas raciais? Por que algumas delas continuam ingressando nas universidades, autodeclarando-se negras e sendo aprovadas nas bancas de heteroidentificação?

Pouco tempo depois de eu ter entrado na Universidade, essas exposições já aconteciam pelos corredores e entre os pilotis do *campus*. Aos poucos, por volta dos períodos iniciais, as fofocas e as exposições de inscrições fraudadas nas cotas raciais foram aparecendo. Eu nunca fiquei sabendo se alguma dessas pessoas abandonou ou não o curso (como soube de algumas pessoas negras cotistas que não concluíram a formação acadêmica), mas eu vi algumas dessas pessoas se formarem, utilizando as cotas raciais de forma fraudulenta.

Por que pessoas brancas tentam, e, por vezes, conseguem impedir que pessoas negras utilizem cotas raciais? Foi o que aconteceu com a otorrinolaringologista Lorena Pinheiro Figueiredo, médica negra que prestou concurso para o cargo de professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) por meio das cotas raciais. Ela chegou a ser homologada como primeira colocada do concurso, mas um mandato de segurança de uma concorrente branca e uma decisão judicial impediram que Lorena ocupasse a vaga, que passaria para uma concorrente branca da ampla concorrência. A partir do apoio de parte da comunidade civil, acadêmica, jurídica e midiática, hoje Lorena ocupa a vaga de

professora adjunta no Departamento de Cirurgia Experimental e Especialidades Cirúrgicas da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) (G1 BA, 2024).

Situação similar aconteceu comigo recentemente, quando tive minha autodeclaração de pessoa negra indeferida num concurso público da Serra-ES. Há pouco tempo, prestei meu primeiro concurso utilizando cotas raciais para pessoas negras. Para tentar verificar a veracidade das autodeclarações, tivemos (eu e as outras pessoas concorrentes às vagas de cotas raciais) que passar pela fase da banca de heteroidentificação. No edital, constava que nós seríamos filmados, mas não especificava como seria o processo da banca. Eu já tinha ouvido histórias de outras pessoas negras de pele clara falando acerca das suas experiências em bancas de heteroidentificação, inclusive, com casos de pessoas negras da banca afirmando que a concorrente negra não era suficientemente negra, ali mesmo na hora da entrevista, dizendo que, se não fosse o cabelo, a pessoa em questão nem seria considerada negra.

Quando cheguei para a banca, eu já estava pensando em todas as defesas que poderia ser obrigado a fazer caso eu recebesse ali mesmo a notícia de que, para a maioria das pessoas da banca, eu não era uma pessoa negra. Acontece que eu não precisei argumentar nada, pois o processo tentou ser o menos pessoal possível. Eu apenas entrei na sala, vi que a banca era composta por duas pessoas brancas e uma pessoa negra, pediram-me o documento de identificação, falaram-me para sentar e responder às perguntas, olhando para a câmera. Em seguida, perguntaram-me o meu nome e se eu havia me autodeclarado negro. Respondi meu nome e que sim, então, disseram-me que estava encerrado. Eu até demorei a acreditar que seria apenas aquilo, que eu não poderia nem mesmo saber o que eles estavam pensando e me defender de mais um apagamento racial.

Voltei sem saber o que é pior, ter minha raça e vivência enquanto pessoa negra embranquecida ali mesmo na banca ou ter passado por essa experiência que, de tão impessoal, dificulta até o processo pessoal da raiva, indignação e múltiplas compreensões das violências passadas.

Quando recebi a notícia alguns dias depois, de que minha autodeclaração foi negada, a primeira coisa que eu senti foi algum tipo de gratidão por saber quem eu sou e das minhas raízes ancestrais, mesmo após séculos de apagamentos que minha família sofreu nos processos de embranquecimento do Brasil. Digo isso, pois, no mesmo momento, pensei em um amigo meu, negro de pele mais clara que a

minha, que encontra dificuldades de se afirmar enquanto negro devido às suas experiências com pessoas negras e brancas imersas nessa cultura de embranquecimento racial. Essas pessoas já lhe negaram a negritude, já lhe afirmaram a negritude, assim como o colocaram em um limbo racial, local comum entre pessoas negras de pele clara que passam pelo processo de se tornar negro (SANTOS, 1983) em meio às políticas de embranquecimento ainda vigentes no Brasil.

Pensei que, se eu tivesse dúvidas acerca do meu pertencimento racial, eu provavelmente não entraria com recurso para garantir minha concorrência em uma vaga que me é de direito e conquistada por meio de muita luta que meus ancestrais tiveram que guerrear. Eu provavelmente não entraria em outro processo seletivo por meio das cotas raciais. Eu provavelmente ficaria com ainda mais dúvidas se eu realmente sou uma pessoa negra ou não, apesar dos tantos casos de racismo destinados a pessoas negras que sofri na vida.

Acontece que eu também sou meu amigo e espero que, se um dia meu amigo passar por isso, ele também possa ser eu. Sendo que eu não sou somente eu. Que ele possa achar ele mesmo e nossos ancestrais. Que ele se entenda “também negro”, não apenas negro, ou não negro. Que ele possa se entender afropindorâmico e além disso. Que ele possa perceber que, por “também ser negro”, ele jamais será branco, independentemente do esforço branco de fazê-lo se esquecer das diversidades que ele pode ser.

Eu consegui fazer um recurso para a banca e consegui reverter o indeferimento, sendo reconhecido pela maioria enquanto uma pessoa negra no resultado oficial da perícia, mas teve outra pessoa negra nesse concurso que teve sua autodeclaração indeferida no resultado preliminar da banca e no resultado oficial. Na verdade, quando meu irmão procurou um amigo advogado preto para me ajudar com essa questão, a resposta que esse amigo lhe deu foi que os recursos para bancas de heteroidentificação, geralmente, não resultam na reversão do resultado preliminar. Apesar disso, mandei o recurso e tive o resultado alterado. Por isso, deixarei ao final desta dissertação o meu recurso como modelo para quem passar pela mesma situação que a minha, como um prato de comida deixado na encruzilhada para os escravizados fugidos. Busque brechas no edital, pesquise sobre outros modelos de recurso para bancas de heteroidentificação na internet,

pesquise e se atualize acerca das leis de cotas raciais e reflita sobre seus fenótipos negros.

Devido às discussões recentes acerca das bancas de heteroidentificação, considero importante me posicionar acerca do assunto após a exposição desta minha experiência. Veja, se você leu este meu relato e, mesmo assim, acha que estou criticando as bancas de heteroidentificação, sinto muito. Devo lhe avisar que não estamos seguindo a mesma linha de raciocínio. Minha crítica aqui está especialmente ligada à pergunta “Por que pessoas brancas tentam e, por vezes, conseguem impedir que pessoas negras utilizem cotas raciais?”. Pois ali, na banca pela qual passei, houve pelo menos uma pessoa branca que me classificou enquanto inapto fenotípicamente para concorrer à vaga reservada para negros.

As bancas de heteroidentificação foram regulamentadas pela Portaria Normativa Nº4, de 6 de abril de 2018 (BR, 2018), em resposta às denúncias de fraudes nas cotas raciais que vinham acontecendo em algumas universidades do país, já que, sem uma verificação prévia que atestasse o pertencimento racial do indivíduo, pessoas brancas apenas precisavam se inscrever para concorrer enquanto uma pessoa negra (hoje elas precisam arranjar algum jeito de transmutar estereotípicamente seus fenótipos para tentar passar e/ou torcer pelo despreparo dos componentes da banca).

Atualmente, existem tentativas de acabar com as bancas de heteroidentificação, como ocorreu mediante a “emenda substitutiva do senador Plínio Valério (PSDB/AM) ao projeto de lei (PL 5.384) [...]” (UFJF, 2023). Existem, inclusive, pessoas que compararam as bancas de heteroidentificação com a carta de Pero Vaz de Caminha que, após avistar os povos nativos dessas terras, deu-lhes a categoria de “pardos”, classificando-os racialmente. Esse tipo de comparação não somente é de um anacronismo absurdo, mas também é mais um argumento pautado na desconsideração e apagamento racial dos movimentos sóciohistóricos, ao comparar uma carta escrita por uma pessoa portuguesa do século XVI, apoiado e chefiado pela monarquia, com um recurso proposto a partir da indignação de pessoas negras devido às fraudes cometidas por pessoas brancas que, mais uma vez, tentam usurpar os lugares das pessoas negras em posições de interesse socioeconômicas.

Argumentos como esses estão geralmente pautados em duas bases argumentativas, como expôs o portal de notícias da Universidade Federal de Juiz de

Fora (UFJF), em 29 de setembro de 2023, ao citar o então diretor de Ações Afirmativas da UFJF, Julvan Moreira de Oliveira.

O primeiro, que se coloca contra as cotas para negros e indígenas, com o falso argumento de que há uma democracia racial em que todas as pessoas convivem harmoniosamente e que a identidade brasileira é mestiça, invisibilizando, nesse sentido, a identidade negra e o racismo existente. E o segundo, com o argumento de que as questões étnico-raciais são subordinadas às questões econômico-sociais, dizendo que negros e indígenas são discriminados por serem pobres e não por suas identidades étnicas, argumento falso, segundo o diretor, pois não reconhece que a raça determina as relações sociais no Brasil. (UFJF, 2023)

Dessas bases argumentativas, surgem as ficções embranquecidas de que, ao se formarem, profissionais da medicina que trabalham em plantões, com salário de R\$ 30 mil por mês, estão no mesmo nível de igualdade, independentemente da raça. Surgem as defesas de que as bancas de heteroidentificação e/ou as cotas raciais são desnecessárias e/ou incondizentes com o cenário racial brasileiro. Surgem as noções de que somos todos negros, todos pardos, todos indígenas, ficcionando uma unidade identitária na qual todos somos nada e, ao mesmo tempo, tudo, enquanto vivemos em uma nação secularmente apartada e bem dividida nos seus multiespectros de micro e macro opressões.

*Seu filho quer ser preto? Haaa! Que ironia!*

(RACIONAIS MC's, 2002).

Às vezes, é só questão de termo e entendimento. Você não precisa se afirmar indígena ou dizer “somos todos indígenas” porque você nasceu no Brasil (mesmo sem nunca ter pisado em uma aldeia ou comunidade indígena). Se você for lá no Nego Bispo e procurar seus ensinamentos nos vídeos e nos livros que ele fez, você pode começar a se entender enquanto uma pessoa pindorâmica... olha só que legal! Sabia que não é necessariamente a mesma coisa? É que indígena, meu bem, tem história bem diferente da sua... Negro, meu bem, tem história bem diferente da sua... E as raças e as histórias não param de se diferenciar da sua por aí... É que Pindorama é onde você pisa, meu bem, essa terra aqui, antes de ser Ilha de Vera Cruz, ou sei la quantos Brasis, era conhecida, também, enquanto Pindorama, por parte desse conjunto étnico diverso que você diz pertencer... Índigena? Contra-colonial? Meu bem...

As bancas de heteroidentificação sofrem tentativas de desmantelamento de sua política, inclusive, justificada pelos casos de pessoas negras que sofrem violências e têm suas vagas nas ações afirmativas indeferidas. Eu não acredito que a alternativa mais viável para essa questão seja a retirada das bancas de heteroidentificação, pois, isso abriria ainda mais espaço para que pessoas brancas passassem em processos seletivos por meio das cotas raciais, de modo que, uma vez aprovadas por intermédio das cotas, a comprovação da fraude seria ainda mais difícil.

Embora as bancas de heteroidentificação sejam falhas quando impedem o acesso de pessoas negras e permitem a entrada de pessoas brancas, as violências de apagamento racial e as fraudes não serão amenizadas ao se combater essas bancas. Isso porque essas violências e fraudes só são passíveis de ocorrer devido aos longos processos de colonização e políticas de embranquecimento/apagamento racial no Brasil, os quais tornam brancos aptos a ocupar o cargo que quiserem (independentemente das legalidades), bem como seguirem retirando pessoas negras de seus lugares de direito.

Pensar que a retirada da banca de heteroidentificação do processo seria benéfico para pessoas negras de pele clara e que isso evitaria a discriminação racial dentro do processo de cota é mais uma “ingenuidade” produzida pelo discurso branco anti-negro. O quão “ingênuo” é questionar a eficiência das bancas de heteroidentificação por meio de exemplos de apagamento raciais com pessoas negras de pele clara e, logo em seguida, afirmar a mestiçagem enquanto identidade nacional, como se o Brasil não fosse objetivamente e subjetivamente segregado em identidades raciais? O quão “ingênuo” é exigir o fim das bancas de heteroidentificação sem questionar as fraudes de pessoas brancas? O quão “ingênuo” é defender um país mestiço sem questionar a histórica e atual tentativa de embranquecimento do povo negro e sem questionar a histórica e atual tentativa de apagamento das existências afropindorâmicas no Brasil?

A partir da ampla concorrência ou das fraudes nas cotas raciais, pessoas brancas ainda se fazem maioria entre estudantes de Psicologia na UFF-Niterói. Ainda mais reduzidas, ainda é a presença de docentes negros no curso, bem como as vagas para as quais não havia cotas naquela época (e não existem, na prática, até hoje). Nos primeiros períodos eu não me atentei para isso, pois tive grande parte da minha formação em escolas particulares que sempre naturalizaram a

predominância de docentes e discentes brancos. No meu primeiro período dentro do ensino superior, na Psicologia UFF (2015-2016), não tive aula com nenhum professor negro, indígena ou amarelo, assim como não houve nenhuma aula que falasse das questões socio-históricas dos povos afropindorânicos no Brasil para além da mesma história de subjugação-dominação.

Na verdade, o meu primeiro período foi como a maior parte da minha formação estritamente universitária e escolar: carente de referências e vivências afropindorânicas, sejam textuais, sejam personificadas. Apesar disso, guardo com carinho as poucas aulas ministradas por docentes afrodescendentes, mesmo que elas não abordassem as temáticas étnico-raciais diretamente.

Um desses docentes foi uma professora - da qual não me lembro o nome nem a matéria exata que ela ministrava. Ela lecionava na Casa do Estudante, escola particular de Aracruz-ES, na qual estudei do começo até a metade do Ensino Fundamental. Também me recordo do Leonardo Gama, professor de física do Salesiano de Jardim Camburi. Além de ministrar as aulas regulares de física, ele me apresentou as primeiras aulas de astronomia voltadas às provas da Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA), o que influenciou muito minha curiosidade e deslumbramento acerca do cosmos. Lembro-me o quanto perplexo e maravilhado eu fiquei quando ele contou que havia um certo tipo de estrela - acho que era denominada anã branca - que se você conseguisse pegar uma colher de chá de sua massa e trouxesse para a atmosfera terrestre, essa pequena quantidade exerceria o peso equivalente ao de um navio transatlântico. Fiquei encantado como algo tão pequeno poderia pesar tanto!

*O que é, o que é?*

*Clara e salgada*

*Cabe em um olho*

*E pesa uma tonelada.*

(RACIONAIS MC's, 2002)

Interessante pensar sobre como esse meu interesse sobre o cosmos - ampliado pelas aulas de astronomia com o professor Leonardo - hoje me ajudam a pensar sobre as cosmogonias e ontologias afropindorânicas. Lembro-me também de uma aula de Geografia que tive no colégio União de Professores (UP), durante o

ensino médio, ministrada pelo professor Wilton Pires Júnior, popularmente conhecido como Júnior Bola. Em uma aula específica, ele conseguiu me passar o sentimento que ele carregava consigo de admiração para com as histórias do Império de Haile Selassie (Ras Tafari Makonnen) e do continente africano, nas quais ele era versado. Essa foi a primeira vez que me lembro de ter ouvido em sala de aula um professor negro falar sobre uma história de outra pessoa negra de forma a exaltá-la, inclusive, na sua morte. Já havia escutado outros professores brancos falarem sobre Zumbi, João Cândido e muitas outras pessoas importantes historicamente para as revoluções e empoderamentos de outras pessoas negras, mas o sentimento final era sempre de derrota, submissão ou distanciamento (o caso de Nelson Mandela ocorreu na África do Sul. Já no Brasil, não tem disto, de preto vencedor).

*Dentro de um canavial o negro se libertou  
E lá não tinha pra ele nem chibata e nem feitor  
E lá não tinha pra ele nem senzala nem senhor.*

(UM GRITO DE LIBERDADE, 2020)

Já no curso de Psicologia, tive outras duas experiências com professores negros no segundo semestre, nas aulas de Linguagem I, com o professor Emílio e nas aulas de Aprendizagem e Memória com a professora Luiza Oliveira. Se, por um lado, eu começava a encontrar professores negros (sem nem mesmo me ligar muito em quão raros e importantes seriam esses encontros), a carência de referencias textuais negras e/ou não brancas ainda era escassa. Assim como nas aulas de Psicologia Social I, Introdução à Psicologia Clínica, Teorias e Sistemas Psicológicos I e II, e por aí em diante, as referências textuais eram massivamente compostas por autores homens-cis-brancos-europeus sem deficência, que eram lidos e tinham seus saberes disseminados sem uma devida análise interseccional<sup>14</sup> e localizada para pensar as convergências e divergências quando refletimos sobre a constituição histórica do Brasil.

Era como se a história de toda a ciência e Psicologia tivesse começado na Europa, assim como parecia que os únicos capazes de questioná-las e transformá-las fossem os europeus. As aulas referentes à Filosofia; à Psicologia,

---

<sup>14</sup> (CRENSHAW, 1989)

suas teorias e aplicações; à História Social; à Epistemologia e à Metodologia não abordavam as milenares filosofias africanas e pindorânicas, bem como não tratavam a respeito das psicologias negras, como as produzidas por Virgínia Bicudo, Neusa Santos e outros intelectuais negros da Psicologia, já debatidas e conhecidas nacional e internacionalmente bem antes de eu entrar na UFF. Não abordavam metodologias afropindorânicas e nem escutavam novas propostas metodológicas que não fossem guiadas pela hegemonia acadêmica ou não seguissem os plágios metodológicos dos franceses pós-modernos (apresentados para nós como as vanguardas das ciências psicológicas). Não abordavam as epistemologias afropindorânicas e, quando se referiam à nossa história social, limitavam-se em dizer e procurar os nossos sofrimentos.

Uma vez, conversando com uma pessoa preta não binária, colega de curso da Psicologia UFF-Niterói, elu<sup>15</sup> me disse que esteve em uma aula da graduação na qual seria debatido o tema da negritude, mas que a aula foi resumida por um texto de violência policial contra pessoas negras. Elu me disse que entendia a importância daquilo ser conversado, mas que se sentiu indignadu não apenas por (mais uma vez) presenciar a redução da negritude à violência. Elu tinha acabado de perder um amigo próximo assassinado pela milícia.

A insensibilidade para com o sofrimento das pessoas negras e para com as delicadezas necessárias para uma boa relação social com uma pessoa negra se fazia frequente nas salas de aulas, como no exemplo que contei acima.

Outro momento que posso citar acerca disso foi quando, na primeira aula do semestre da disciplina de Psicologia e História Social do Trabalho, uma professora branca decidiu realizar uma dinâmica com a turma. Primeiro ela pediu que afastássemos as carteiras da sala em direção à parede, formando um espaço amplo no qual podíamos circular, depois disse que ninguém era obrigado a participar e iniciou a dinâmica com aqueles que se sentiram disponíveis. Não me recordo de todas as partes da dinâmica, mas lembro que ao final a professora pediu que nós nos juntássemos com as pessoas que faziam parte do nosso ciclo social de amizades. Como pergunta de encerramento da dinâmica ela nos pediu uma devolutiva sobre como tinha sido a atividade para cada um.

---

<sup>15</sup> Quando a pessoa não se identifica com o padrão de gênero, ou seja, é não binária, pode-se empregar como pronome de tratamento “elu” (UFSM, 2021).

Eis que um dos alunos diz que ficou preocupado com o desenrolar daquela dinâmica por um motivo: uma pessoa não participou nem foi convidada pelos outros colegas da turma a intergrar a atividade, nem mesmo no seu encerramento com os ciclos de amizade, momento em que essa pessoa, inclusive, retirou-se da sala de aula. Ele disse que ficou preocupado não só pelo acontecimento, mas pelo fato de que ninguém se manifestou ou aparentou ter percebido o acontecimento. Não sei dizer se alguém além dele percebeu, mas o fato foi que apenas ele pontuou esse ocorrido e ninguém disse mais nada acerca da dinâmica naquele momento. Apenas recebemos a informação de que não fomos afetados ao ponto de nos importarmos com uma mulher preta no canto da sala de aula ou com sua saída justamente quando se juntavam as relações afetivas de amizade, assim, permanecemos calados.

A turma naquele instante, como na maior parte dos momentos, era de maioria composta por pessoas brancas de classe média, mas também havia pessoas negras de diferentes gêneros e classes econômicas, que não perceberam esse acontecimento e se mantiveram caladas com a devolutiva desse colega. Esse colega, inclusive, era conhecido pelos corredores e pilotis por ser um fraudador de cota racial. Entre colegas de diferentes raças e condições econômicas, de diferentes vivências, justamente esse colega, que era branco e pobre, tido como fraudador de cota, foi o único, na ocasião, a se posicionar de forma a nos atentar acerca da solidão da mulher preta.

Não tenho pretensão alguma de enaltecer nem criticar ninguém individualmente pelo que foi feito ou não naquele dia, existem vários meandros possíveis de se observar nessa história e pontos de inflexão interessantes de se questionar. O que eu observo, e que considero de extrema importância nesse momento, resume-se a dois fatores: o despreparo abundante para lidar com situações de racismo, com a solidão da mulher negra no contexto do espaço acadêmico e fora dele, bem como o fator de que o único a se posicionar naquele momento, mesmo que tardiamente, foi um homem branco pobre, que era desdenhado por algumas pessoas por ser conhecido como fraudador de cota.

O que quero tirar especificamente desses dois pontos? O primeiro é o cerne deste trabalho. Trata-se de perceber que o preparo adequado de profissionais e cidadãos acerca do racismo, das histórias negras, da conscientização para com as delicadezas necessárias nos tratos sociais com pessoas negras, tradicionalmente

invisibilizadas e normalizadas em condições de isolamento, vai além de uma matéria dada em sala que debata essas questões em sua ementa.

Essa aula em questão, assim como a maior parte da grade curricular da Psicologia UFF, não trazia especificamente nada na ementa que apontasse estudos acerca da população negra no Brasil, apesar de se chamar Psicologia e História Social do Trabalho, e mesmo sem pretensão alguma de se debater acerca dessas questões, a necessidade de discuti-las se fez evidente. O fato de isso não ter gerado discussão alguma dentro de sala apenas reafirma esse despreparo geral daqueles ali reunidos para perceberem e lidarem com aquela situação, assim como um preparo geral, promovido pelos engendramentos racistas presentes nas relações sociopolíticas de nossa época, de invisibilização de pessoas negras e seus sofrimentos.

O despreparo - para esse e alguns outros casos - é preparado, na forma como pude perceber e aprender mediante outras pessoas que estudam raça e racismo (e outras opressões) e por intermédio de minhas vivências. Se, muitas vezes, sentimo-nos despreparados para lidar com situações de racismo, isso também se faz num preparo constante de nossos corpos, o qual perpassa as formações escolares acadêmicas e cotidianas, que vai desde “mas você não é negro! Por que ficar incomodado com piadas racistas?” até a naturalização do negro enquanto escravizado, isolado, preguiçoso, primitivo, inculto. Essa ideia é promovida pela maior parte da formação formal presente no ensino básico, fundamental, médio e superior, de forma secular no Brasil, e em outras formas de produção de conhecimento no país (vide mídias de massa).

Além das pessoas não tomarem uma atitude perante o racismo por serem coniventes, terem traumas ou serem abertamente racistas, elas também são ativamente despreparadas para reagirem a situações de racismo, por exemplo, por terem sido ativamente preparadas para enxergar uma pessoa negra enquanto inferiorizada, passível de morte e lixamento público, enquanto ser sem história, objeto, tradicionalmente desconhecido e inventado, representado e mantido enquanto serviçal dos desejos monárquico-capitalistas.

O “despreparo” chega a ser tão absurdo que é naturalizado entre professores, que abertamente confessam sua ignorância acerca do tema como justificativa para não lecioná-la, ao mesmo tempo em que, apesar de estarem ocupando cargos em instituições de ensino e formação, pouco ou nada fazem para aprenderem sobre as

dinâmicas sociais afropindorâmicas do país. Isso porque eles foram devidamente preparados para ignorar a presença negra entre as intelectualidades válidas de transmissão de conhecimento. Foram preparados para se espelhar em imagem e semelhança para com aqueles que serão adorados nos panteões da divina iluminação racional.

Várias outras respostas, que sinalizam esse pregar racista de manutenção da soberania do saber eurocêntrico - e que eu vi ocorrer algumas vezes durante a minha formação na Psicologia UFF-Niterói - são baseadas na subsequente desvalorização dos saberes negros e da importância desses saberes para a constituição dos próprios saberes psicológicos no Brasil. A título de exemplo, temos alegações, como “Na minha matéria não precisa incluir porque não tem relação com o meu tema” ou, de forma mais generalizada, “Todos os saberes se atravessam, não temos que ler e ensinar sobre psicologia, diferenciando raça, pois o saber psicológico é atravessado”. Há, ainda, outras desconsiderações, na tentativa de tornar o debate étnico-racial um especialismo, um caso à parte, destinado a ocupar apenas um espaço dentro do ementário das disciplinas obrigatórias da graduação da Psicologia UFF-Niterói e, de resto, quem quiser ou se ver obrigado a fazer, que faça.

E nós (estudantes e professores negros) nem queremos obrigar ninguém a fazer nada, mesmo obrigados a conviver cotidianamente com o racismo enraizado nas relações sociais e camuflado nas suas aulas, nós nem queremos te obrigar a nada.

*Violentamente pacífico, verídico, vim pra sabotar seu raciocínio.*

(RACIONAIS MC's, 1997)

O outro ponto ao qual gostaria de abordar, embora não seja o cerne deste trabalho, é a intervenção realizada única e exclusivamente por um homem cis branco, de baixa renda, naquele contexto da sala de aula. Considero esse um ponto importante da minha formação, pois, já no primeiro período, aprendi que raça, condição econômica, sexualidade, discurso político, bem como outras formas de identidade produzidas pelo sistemas coloniais europeus, não são determinantes de violência ou cuidado.

Pessoas brancas fraudam cotas, mas pelo menos uma delas pode, quem sabe um dia, tomar uma atitude coletiva perante o racismo. Uma pessoa negra pode

lutar pelos direitos da população negra e tomar atitudes racistas. Um grupo de mulheres defensoras do feminismo pode acobertar um homem agressor sexual, sem tomar qualquer atitude em relação às agressões. Destaco esse ponto como relevante, mas não para pensar especificamente quanto um discurso do tipo “o ser humano é controverso” ou “todos somos potenciais agressores”, como em um discurso homogeneizante, universal e esclarecedor.

Enquanto os dados estatísticos e as realidades das ruas, florestas, rios, pedras, praias, realidades trabalhistas, criminais, entre muitas outras brasileiras apresentarem evidências da permanência da cultura escravocrata, anti-negra, “ameríndiocida”; enquanto continuarem reproduzindo, sistematicamente, as maquinações coloniais a favorecerem o ideal de homem-cis-branco-hetero sem deficiência, perpetuando as necropolíticas<sup>16</sup>; enquanto as famílias mais enriquecidas do Brasil forem compostas por descendentes de europeus escravocratas e as mais empobrecidas descenderem de africanos e ameríndios escravizados e assassinados, meu discurso não pode seguir esse sentido potencialmente relativista.

Mesmo assim, minha aposta aqui está mais na “surpresa”, nas rasteiras que não chegam com pretensão alguma de te explicar nada antes de te virar no chão e mudar sua noção espaço-temporal. O mundo tem seus mistérios, e as pessoas, que não são mais nem menos mundos, também tem os seus.

Voltando à questão central desta pesquisa, durante toda minha formação na graduação da Psicologia UFF-Niterói, a realidade era de que, se você quisesse debater sobre racismo e as influências das raças nos debates psicológicos, você tinha que ir atrás, e foi o que eu fiz. Desde quando ingressei na universidade até os dias atuais, só existe uma aula na grade de disciplinas obrigatórias da Psicologia UFF que remete diretamente aos estudos raciais no Brasil em seu ementário. O nome da Disciplina é “Sociedade Brasileira e África”, e ela mesma já apresentou suas controvérsias, que ouvi pelas fofocas de pilotis.

Ou seja, se eu não tivesse ido atrás de aulas que debatiam essa temática, seja nos Estágios Supervisionados, seja em alguma optativa, eu poderia ter me formado, evitando ao máximo o debate étnico-racial. Assim, apenas teria uma disciplina sobre sociedade brasileira e África durante um semestre e, logo, poderia me esquecer dela, como a aula de teoria comportamental que tive certa vez entranhada numa matéria que divide metade da sua carga horária entre Gestalt e

---

<sup>16</sup> (MBEMBE, 2018)

Behaviorismo. Cabe destacar que essa comparação é só mais outro braço de um rio que atravessou minha formação na Psicologia UFF até a última reunião de colegiado que eu participei há alguns meses, enquanto solicitava o adiamento da minha defesa de mestrado.

### 2.2.1 Quem tem medo do Behaviorismo?

Quando entrei no curso de Psicologia da UFF-Niterói, vi que a proposta do curso era oferecer uma formação profissional generalista, ou seja, que não se restringe a saberes específicos dentro do arquipélago teórico-prático da Psicologia. Para quem estava iniciando um curso de Psicologia e já tinha algum pequeno contato prévio com saberes psicológicos, esperava encontrar disciplinas que abordavam sobre psicanálise, behaviorismo, gestalt, psicologia sistêmica, psicologia do trabalho e outras psicologias que eu sabia que existiam, mas desconhecia. Minha surpresa foi ir descobrindo aos poucos que essa proposta “generalista” ainda carecia de muitos elementos para assim ser considerada.

Por trás de uma máscara generalista, os ruídos acerca de abordagens diferentes das psicanalistas, sociais e organizacionais apenas vibravam em baixa frequência pelos corredores e salas de aula. No caso específico ligado ao behaviorismo, pude presenciar dois momentos em que a presença de um professor behaviorista no corpo docente foi motivo de preocupação. A primeira vez que observei isso foi quando um professor, ligado à Psicologia Social, contou uma história sobre como a UFF era vanguarda entre os cursos de Psicologia no Brasil, com exemplos na psicologia transdisciplinar e institucional. Inclusive, segundo ele, uma vez um professor behaviorista norte-americano, bem considerado em seu meio, quis dar aulas no programa de Psicologia da UFF-Niterói. Eis que, como se contasse uma história vitoriosa das grandes lutas vanguardistas, o professor enche o peito e diz: “nós não deixamos ele entrar”.

Talvez pudesse ser uma discordância majoritária entre os docentes da Psicologia UFF-Niterói da época para com a presença desse professor behaviorista norte-americano em específico. Acontece que, além da reclamação dos poucos discentes behavioristas que se formavam na UFF acerca do escasso acesso à

conteúdos behavioristas nas aulas, o receio da entrada de profissionais dessa linha no corpo docente é compartilhada atualmente na reunião de departamento.

Da última vez que estive na reunião, pude testemunhar, mais uma vez, esse receio, desta vez, vindo de uma professora tradicionalmente ligada à psicologia organizacional. Na ocasião, era discutido como seria feita a seleção de novos docentes para ocupar vagas ociosas, se seria melhor fazer uma seleção interna ou externa, além de outras análises. Eis que a professora diz que a seleção deveria ser bem pensada, sem correr o risco de qualquer um poder ser chamado, pois “vai que entra um behaviorista!?” Assim mesmo foi dito, duas vezes, “vai que entra um behaviorista!?” e das duas vezes ninguém disse nada. Pois é, vai que entra um behaviorista?

*Gambé na nóia olha pro outro e se estranha.*

(TRILHA SONORA DO GUETO, 2003)

Isso me faz lembrar da tese de doutorado que está em formulação pelas mãos da Mestra Helena Werneck Brandão, orientanda, como eu, da professora Drª Ana Cláudia Lima Monteiro. Helena diz se interessar bastante acerca das práticas psicológicas e, mediante sua prática profissional, ela se sente convocada a se debruçar sobre uma questão que ressoa dentro de sua clínica: Qual é sua linha (psicológica)?

Questionada por colegas, analisandos e por si própria, Helena não se satisfaz em dizer “sou psicanalista”, “sou behaviorista”, “sou esquitoanalista”, ou outros “istas” que a colocariam majoritariamente sobre a perspectiva teórico-prática dos escritos e desdobramentos atuais de uma dessas linhas. Na verdade, Helena quer poder não se dizer especificamente de nenhuma linha dessas já conhecidas. Isso porque ela acredita no que foi lhe dito dentro da sua formação enquanto psicoterapeuta, inclusive, quando revisita os clássicos europeus desta ciência, afirmindo-se “Helenista”, por assim dizer, entendendo-se enquanto fazedora de sua própria linha, nas bases dos ensinamentos que ela adquiriu durante sua formação, considerando as melhores alternativas psicoterápicas para cada caso. Helena segue a proposta de que o ser humano, na sua diversidade, cria, de forma mais ou menos diversa, suas perspectivas acerca das teorias psicológicas.

Helena percebe as aplicações (mais ou menos intensas) de cada ramo desses saberes psicológicos diversos no dia a dia de sua comunidade, influenciando o cotidiano coletivo nas escolas, nas mídias, nas ruas, nas decorações internas e externas, nas arquiteturas, entre outros espaços. Por que, então, Helena deveria se afirmar enquanto seguidora, praticante ou profissional de apenas uma dessas teorias?

Quando começamos a estudar acerca dos saberes psicológicos, uma coisa comum de se escutar dos profissionais dessa área é que a Psicologia tem muitos paradigmas e que nenhum deles estaria certo ou errado. Mas não demora muito tempo e passamos a observar que, normalmente, os profissionais costumam se fechar em um desses paradigmas e desdenhar/ignorar os outros, trocando saberes em grupos pouco variados de outras áreas da psicologia.

Nesse sentido, o que concluo acerca dessa história? Eu não tenho a menor pretensão de comparar a exclusão de behavioristas com a exclusão do debate étnico-racial dentro da graduação do curso de Psicologia da UFF-Niterói. As duas ocorrem por caminhos muito diferentes, mas, de certa forma, nesse cenário, ligam-se por uma motivação comum: A repulsa do que é “diferente”, “o outro”, dentro da cultura colonizadora europeia, intensamente presente nas ciências psicológicas, bem como em outras ciências (KILOMBA, 2020).

Assim como existem pessoas brancas europeias que rivalizam constantemente entre outras pessoas brancas europeias, existem seguidores de pensamentos europeus na psicologia que rivalizam com outros intelectuais da psicologia européia e seus seguidores. Eles se odeiam entre eles. Mas não se engane. Por mais que franceses, ingleses, belgas e alemães possam se odiar, eles sempre podem fazer mais um acordo para dividir e conquistar povos “diferentes”<sup>17</sup>.

Por mais que já tenha sido deliberadamente barrada a entrada de behavioristas na Psicologia UFF-Niterói, ainda assim, a temática behaviorista é abordada em mais matérias dentro do ementário de disciplinas obrigatórias do que o debate étnico-racial. Enquanto a temática racial afrobrasileira está presente apenas

---

<sup>17</sup> Conversando com a prof. Drª Ana Cláudia Lima Monteiro na última orientação de mestrado que tive em janeiro de 2025, ela me disse que, atualmente, existem profissionais da linha behaviorista compondo o corpo docente da Psicologia UFF-Niterói e sendo formados na graduação, com direito a grupo de estágio bem requisitado pelos discentes. Enquanto isso, tanto epistemologias afrocentradas quanto corpos negros continuam sendo rejeitados pela maioria do corpo docente, fato que se afirma no relato que Ana Cláudia me contou, neste mesmo dia, sobre a realização de novas cinco contratações de professores para o curso de Psicologia da UFF-Niterói, das quais nenhuma das pessoas entrou por ações afirmativas.

na aula “Sociedade Brasileira e África”, as disciplinas que incluem as teorias behavioristas diretamente em seus ementários são “Aprendizagem e Memória”, “Teorias e Sistemas Psicológicos II” e “Cognição”. E antes que você me diga que o debate étnico-racial dentro das ciências psicológicas é muito novo, que o behaviorismo já está sedimentado, eu lhe convido a pensar mais um pouco comigo para vermos se é isso mesmo que se passa.

*Não é que eu discorde de você, mas é que eu também não consigo concordar contigo.*

De fato, parece que teorias, como o behaviorismo, psicanálise, psicologia organizacional e do trabalho, além de outras formas de psicologia, já constituem campos de saber solidificados, e que apenas recentemente o debate étnico-racial tem entrado na Psicologia, sobretudo a partir das novas pressões decoloniais e contra-coloniais nas comunidades científicas. De fato, teorias acerca das psicologias negras e ameríndias que sejam realizadas de forma séria no Brasil ainda podem ser consideradas incipientes na academia brasileira, por mais que eu acredite ser mais precisamente um problema de divulgação/implementação do que de produção. Todavia, o debate étnico-racial está presente em toda a história da Psicologia no Brasil e, quiçá, da Psicologia no mundo.

Isso porque quem começa o debate étnico-racial são aqueles que se intitulam brancos e vão separar outros povos baseados em suas características fenotípicas e culturais, inventando conceitos, tais como raça e etnia. A partir dos séculos, engendram teorias e práticas científicas fundadas na discriminação racial. Enviesadas pelo racismo, esses engendramentos postulam o mito da superioridade branca - no Brasil e em outras regiões do mundo - e definem o negro enquanto aquilo que há de mais inferior, uma raça sem alma, não humana. Tornam a raça e as pessoas racializadas enquanto objeto de estudo. Por meio dos discursos médicos e psicológicos, baseiam-se na própria ignorância produzida por interesses coloniais (pessoais e coletivos) para reafirmar o mito da superioridade branca, bem como criar a ideia de um desajuste inerente de povos não brancos ao processo civilizatório e/ou a algum tipo de evolução humana superior.

No Brasil,

Essa proposta científica propiciou a tentativa de um projeto que colocava em suspeição uma determinada parcela da população, e teve como motor principal o projeto político desses autoproclamados cientistas na formulação de uma nação brasileira possível, e nesse sentido mais branca porque mais europeia, o modelo por excelência, nesse momento histórico, de civilização e modernidade. (MARTINS, p.128, 2009)

Essas teorias de supremacia racial, de desumanização/inferiorização e estereotipação de pessoas não brancas são amplamente divulgadas e validadas internacionalmente pela comunidade científica racista e passam a ser aplicadas nas mais diversas regiões do mundo, nos mais diversos tipos de instituições. Após séculos de eugenismo, começam a ser refutadas, mas já haviam deixado seu estrago, bem como geraram frutos que, aperfeiçoando suas técnicas e teorias racistas, continuam sendo aplicadas.

Na verdade, o debate étnico-racial está acontecendo o tempo todo na psicologia, inclusive quando não se fala sobre ele. Não se posicionar, pelo privilégio de se abster já é escolher um lado. Acontece, também, que nós, pessoas que éramos objeto de estudo do debate étnico-racial eurocentrado, estamos nos apropriando dessa temática para pensar em melhores qualidades de vida para os nossos, para lutar por nossos direitos de existir, para que parem de nos matar. Isso pode criar a noção de que esse debate é fruto desses movimentos identitários, quando, na verdade, é uma subversão.

Ao acatarmos essas denominações, por reivindicação nossa, mesmo sabendo que no passado elas nos foram impostas, nós só o fizemos porque somos capazes de ressignificá-las. Tanto é que elas se transformaram do crime para o direito, do pejorativo para o afirmativo. Isso demonstra um refluxo filosófico que é um resultado direto da nossa capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente. (SANTOS, 2015, p. 95)

Subvertendo o debate psicológico (dentro e fora da Psicologia), povos africanos, em diáspora ou não, traçam novas diretrizes para o fazer psicológico no cenário nacional e internacional.

### 2.3 LUANDA, MISTÉRIO

#### RESGATOU-ME A VIDA<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Lima (2017).

Como eu disse anteriormente, eu basicamente tive que buscar matérias e docentes que abordassem as temáticas psicológicas, debatendo raça, racismo, e povos africanos. Tanto o fiz que pedi para ser reprovado na disciplina “Estágio Supervisionado Básico I”, pois não tinha conseguido me inscrever no estágio básico oferecido pelo Professor Dr. Abrahão de Oliveira Santos, que foi a primeira matéria e primeiro professor que eu soube que trazia o debate acerca das histórias africanas no Brasil em suas aulas. Na época, essa disciplina era oferecida no quinto semestre, ou seja, meu primeiro contato com uma disciplina que abordava essa temática dentro da grade da Psicologia UFF-Niterói só ocorreu em meados da minha formação pelo fato de eu pedir para ser reprovado.

Apesar disso, meus primeiros contatos com pensamentos e enfrentamentos acerca do eurocentrismo e a importância de se inserir intelectuais afrodescendentes e afrocentrados nas aulas não ocorreu durante esse estágio. Na verdade, um dos grandes propulsores para que eu realizasse esse estágio foi o processo de reafirmação do meu corpo negro, em 2016, provocado pelos encontros que tive (principalmente) com meus colegas de curso, quando ocorreram as ocupações secundaristas e universitárias. Com a ocupação, quem ditava o que entraria no cronograma de atividades não eram mais os professores, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Ministério da Educação, o ementário ou qualquer outra instituição ou ferramenta burocrática formal. Durante mais ou menos três meses de ocupação no campus do Gragoatá, discentes de cursos diferentes organizaram aulas (com ou sem a ajuda de docentes) que eram realizadas dentro e fora dos institutos, bem como faziam festas, cozinhavam, tomavam banho e dormiam na UFF.

Como eu morava perto do campus (uns 10 minutos a pé), eu não cheguei a dormir pela UFF, mas participei de alguns dias da ocupação. Em uma dessas aulas planejada pelos discentes, foi discutida a importância de se rever as bibliografias e conteúdos didáticos apresentados nas aulas da graduação em psicologia da UFF-Niterói. A causa dessa interpelação, era justamente a necessidade de diversificação identitária desses referenciais teóricos, já que, de forma quase unificante, as identidades dos intelectuais trabalhados em salas de aula eram homens-brancos-cis-europeus, sempre que possível, escondendo suas deficiências.

Eu cheguei lá pela metade da aula, mas pude presenciar uma das cenas que me provoca a estar aqui escrevendo. Em meio a vários estudantes de gêneros e raças diferentes, nessa aula, havia apenas um professor (branco) do curso de

Psicologia da UFF. Ele entrou nessa aula e - segundo o relato de testemunhas -, assim que a aula começou, ele ficou encostado no canto da sala. Ele vestia um casaco com capuz, mantendo a cabeça coberta, como quem queria se esconder e/ou não queria estar ali, discutindo sobre a temática. Quando eu cheguei na aula, ele ainda estava encostado no canto, mas a sua cabeça já não estava mais coberta com o capuz.

Eu estranhei a presença dele, não só por ser o único professor ali presente (pelo que pude perceber e pelo que posso me recordar), mas pelo fato de ele estar com uma “cara de poucos amigos”<sup>19</sup>, o que, para mim, era estranho, já que corriqueiramente ele estava sorridente e comprimentava as pessoas pelo campus com cordialidade.

Mas algo o incomodava naquela aula, ou mais do que apenas algo. Talvez, todo o cenário ali o incomodasse: estudantes, negros e mulheres fazendo exigências raciais e de gênero que implicavam diretamente no trabalho dele. Acontece que, em certo momento, ele não consegue mais se conter e pede a palavra. Sem esconder ou se indagar de onde vinha aquela sua angústia enraivada, ele esbraveja com as pessoas ali presentes sobre como era insensato levantar bandeiras identitárias para definir o material didático e que “o saber se atravessa”, de forma a universalizar as experiências psicológicas e supor algum tipo de neutralidade racial dos intelectuais brancos e europeus na hora de escrever e pesquisar, como se o fato deles serem homens brancos, numa sociedade racista e misógina, não influenciasse a escrita desses intelectuais.

Ele foi contraposto por estudantes ali presentes, mas não aparentou querer mudar de ideia. Após o término da aula, lembro de compartilhar com alguns colegas o mesmo questionamento: “Que porra foi essa?”

O que mais nos espantou naquele momento não foi o questionamento do professor em si, mas, sim, a raiva com que ele defendia a manutenção do referencial teórico eurocentrado, sem abrir espaço para a entrada de outras ideias. É como se tivéssemos tocado numa ferida, quando se toca em um assunto delicado ao conversar com alguém e essa pessoa reage de maneiras que você nunca ou raramente a viu reagir.

Hoje, essa cena me remete justamente ao que Cida Bento (2022) chama de Pacto Narcísico da Branquitude. E foi justamente nessa ferida que tocamos. Por

---

<sup>19</sup> Expressão popular que expressa mal-humor.

mais que o professor soubesse da escassez representativa (bibliográfica e docente) de referências negras no instituto de Psicologia, por mais que soubesse que o Brasil é um país miseravelmente racista, ele se sentia enraivado com a proposta de incluir pessoas negras e de outras raças no material didático. Ele se sentia enraivado porque foi afirmado, ali, que o homem branco, apenas, não se basta, que a branquitude não é universal, que ele precisa, enquanto homem branco e professor, aprender mais para ensinar melhor.

A partir dali, antes de ter entrado em contato com o referencial teórico de Cida Bento e ter elaborado mais sobre o ocorrido, eu tive a certeza de que esse tema seria algo importante que eu teria que me atentar durante minha formação. A superproteção da pessoa branca para com a hegemonia representativa branca estabelecida é tão intensa que, ao menor sinal de desestabilização dessa hierarquia racial, aqueles que foram lidos e tratados enquanto brancos no Brasil entenderão que estão sob ameaça, que a inclusão de outras vozes e pensamentos representa, ameaçadoramente, a exclusão de referenciais brancos europeus. Eles têm medo que nós façamos com eles o que eles fazem conosco há mais de 500 anos.

Outro momento que percebi isso acontecer foi quando eu estava apresentando meu projeto de pesquisa em uma aula da pós-graduação da Psicologia UFF. Como já estávamos no final do período, praticamente todas as pessoas que compareceram também estavam ali para apresentar seus projetos. Notei que a grande maioria realizava pesquisas direcionadas à psicanálise, questionando conceitos e sensos comuns já disseminados dentro dessa linha teórica. Entre mais ou menos sete pessoas que apresentaram seus projetos, até apareceram duas pessoas (uma mulher branca e um homem negro) que abordavam sobre questões de gênero e/ou deficiência em suas pesquisas, mas nenhuma das pessoas ali (além da minha) trouxe a temática racial enquanto atravessadora de suas pesquisas.

Quando eu terminei de apresentar meu projeto, explicando acerca da monocultura referencial branca eurocentrista dentro das ciências psicológicas atuais, bem como da importância de rompermos com essa monocultura por meio da inclusão, por exemplo, de referências negras da psicanálise brasileira - como Virgínia Bicudo e Neusa Santos - nas bibliografias básicas das graduações em psicologia, a primeira pergunta que eu ouvi de um aluno não branco psicanalista foi "mas, então, você está propondo retirar todas as referências de pessoas europeias

brancas da psicologia?”. Apesar de eu não ter falado em nenhum momento sobre a exclusão de referenciais brancos e europeus (apenas da inclusão de outras perspectivas), essa pergunta não me surpreendeu de forma alguma. Como eu disse, essa é uma reação frequente a essas novas propostas acadêmicas que pretendem descentralizar os discursos psicológicos de uma mesma identidade.

Mas logo que eu respondi negativamente a sua pergunta, antes de explicar novamente que a proposta é sobre inclusão e não exclusão, ele disse: “É porque, se for assim, acabou a Psicologia!”. Diante disso, é possível analisar que o narcisismo da branquitude gera tamanha desconexão com as diversidades epistemológicas presentes no mundo que, até mesmo uma pessoa não branca no Brasil, além de temer pela exclusão de referenciais brancos ao menor sinal de mudança social, não consegue conceber a Psicologia sem os referenciais brancos europeus, acreditando que isso levaria ao fim dessa ciência. É como se apenas a presença de pelo menos uma teoria escrita por uma pessoa branca europeia pudesse garantir a validade e existência da ciência psicológica.

*Era como se a história de toda a ciência e Psicologia tivesse começado na Europa, assim como parecia que os únicos capazes de questioná-las e transformá-las fossem os europeus.*

As ocupações secundaristas e universitárias em 2016 tinham como objetivo barrar projetos de leis derivados do movimento Escola Sem Partido (ESP), muito promovido durante a vigência do governo de Michel Temer. Essas reformas tinham enquanto discurso principal de divulgação a proposta de, literalmente, despolitizar a educação brasileira, supondo uma falsa neutralidade política ao supervalorizar disciplinas ligadas a línguas e matemática, ao mesmo tempo em que tornava — no melhor dos casos — opcional o estudo de áreas, como filosofia e sociologia, bem como consideravam história e geografia enquanto disciplinas secundárias. Lembro-me que os defensores dessas propostas de mudança política-curricular enfatizavam a forma como os “docentes de esquerda” utilizavam suas aulas para “doutrinar” estudantes por meio de discursos ideológicos e identitários.

Enquanto muitos ali na Psicologia UFF-Niterói lutavam contra a implementação de uma escola “sem partido”, poucos eram aqueles que lutavam pelo desmantelamento de uma escola “sem raça”, já vigente no sistema acadêmico. Não

à toa, surge em meio à ocupação, uma formação de estudantes negros que promoveram a **Ocupação Preta**, realizando encontros científicos, artísticos e festivos que pudessem efervescer os corpos negros de cultura e sabedoria própria, fatores recorrentemente esvaziados nas aulas formais dos cursos universitários, bem como na própria ocupação dos estudantes. Não à toa, de forma a reverberar esses movimentos pretos que ocorreram na ocupação da UFF em 2016, aconteceram, em 2017, 2018 e 2019, as denominadas **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta, II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena e III Semana de Psicologia Preta e Indígena**.

A criação de uma **psicologia preta, ocupação preta, semana da psicologia preta**, e afins, nunca é por acaso. Na verdade, o aparecimento de estratificações identitárias marca, mais uma vez, a invisibilização dos protagonismos negros nos espaços sociais de forma geral, da mesma forma que demonstra a constante luta das populações negras no Brasil de se sentirem representadas, inclusive, em espaços que se supõem revolucionários e vanguardistas, mas mantém a hierarquia branca e o apagamento do povo afrodispórico.

Para além de impedirem os avanços dos projetos de lei, as ocupações também influenciaram as percepções dos estudantes acerca das práticas sociopolítico-acadêmicas que faziam parte de seu cotidiano, normalmente naturalizadas. O que pode ser a universidade? O que tem sido a universidade? Quem está aqui pra ajudar até a descascar batata com os estudantes? Quem deveria participar das propostas curriculares? Aula proposta e ministrada por alunos não é aula? Quem tem sido nossa referência de conhecimento? Quais outros conhecimentos tradicionalmente apagados pelo sistema de ensino estamos ignorando? Há, ainda, muitas outras questões - por vezes, mais urgentes do que essas - que envolviam, principalmente, questionamentos de estudantes secundaristas e universitários.

Após as ocupações, retornamos com várias perguntas para o fluxo formal de disciplinas e vivência acadêmica, inclusive nos questionando “o que mudou?”. Até hoje eu não sei responder com certeza sobre *o que mudou* na vivência universitária de forma geral em decorrência das ocupações, mas eu sei que nós mudamos. Isso já é um passo muito importante.

A cada dia mais interessado em estudar referências negras e ameríndias dentro da graduação, busquei estar no estágio oferecido pelo professor Abrahão de

Oliveira Santos e nas aulas optativas oferecidas pelo professor Johnny Menezes Alvarez. Nos estágios oferecidos pelo professor Abrahão — um dos pouquíssimos docentes negros que encontrei durante minha graduação —, foi quando eu tive a minha primeira disciplina focada nos estudos negros brasileiros. Na maior parte das vezes, os encontros eram realizados em sala, no Instituto de Psicologia da UFF-Niterói. Em roda, em um grupo de mais ou menos dez pessoas, fizemos conversas e estudos sobre a sociedade brasileira, sempre pensando nos recortes raciais que marcam a constituição desta sociedade. Assuntos em torno das colonizações europeias, das resistências negras, das diásporas, dos quilombos, do genocídio, da necropolítica, das crenças religiosas africanas e do cotidiano das ruas e favelas eram os focos principais dessas rodas de conversa. Além das aulas nas classes escolares, também éramos convocados a estar em campo, compartilhando entre nós eventos acerca da cultura negra que aconteciam nas regiões de Niterói e Rio de Janeiro, como eventos no Complexo da Maré, feijoada e samba no Quilombo do Grotão, além das rodas de batalha de rima, promovidas, em sua maioria, por pessoas negras e periféricas — estudantes universitários ou não — na praça da Cantareira.

Nas aulas, compartilhamos as nossas experiências de campo, sempre tentando fazer análises atravessadas pelo que víhamos estudando. Lembro que, diferentemente das aulas que tive no ensino fundamental e ensino médio, quando estudávamos, por exemplo, acerca do Quilombo dos Palmares, o professor Abrahão pedia que nossas pesquisas fossem focadas nos exemplos arquitetônicos, nas disposições sociopolíticas de Palmares, o cultivo de alimento e suas relações com a floresta, entre muitos outros assuntos que não eram abordados por professores (majoritariamente brancos) que me ensinaram sobre as histórias de Palmares.

Fogo!.. queimaram Palmares... nasceu Canudos  
Fogo!.. queimaram Canudos... nasceu Caldeirão  
Fogo!.. queimaram Caldeirão... nasceu Pau de Colher  
Fogo!.. queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
Que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados.  
Mesmo queimando nosso povo  
Não queimarão a ancestralidade. (Nego Bispo, 2015, p. 45)

A partir desse estágio, antes de encontrar teorias psicológicas produzidas por mulheres intelectuais negras brasileiras, como Neusa Santos, Virgínia Bicudo, Isildinha Baptista e Cida Bento, eu pude reassentar parte importante do que eu conhecia — e fui impedido de conhecer — enquanto história do povo africano em diáspora no Brasil. Tanto no sentido das vivências passadas quanto das vivências atuais, por meio de múltiplos aspectos.

Alguns colegas (homens e mulheres) brancos chegaram a fazer esse estágio no mesmo período que eu, mas, se na maior parte das disciplinas obrigatórias a representatividade numérica de pessoas brancas era constantemente superior às demais raças, nos estágios em que era sabido pelos demais colegas que o tema central era o debate acerca da população negra, essa representatividade não se repetia. Durante a minha formação na graduação, o que eu percebi foi que a maior parte das pessoas brancas que se formavam comigo não estavam presentes nesses espaços que centravam o debate na raça, orientados por professores negros e majoritariamente ocupada por pessoas negras. É como se essas pessoas só tivessem feito a aula “Sociedade Brasileira e África” por integrar o conjunto de disciplinas obrigatórias.

No caso da aula “Subjetividades Nativas”, disciplina optativa que centrava seus estudos nos conhecimentos ameríndios e pindorânicos, eu tenho a recordação de ter uma presença maior de pessoas brancas do que em comparação com os estágios oferecidos pela professora Luiza Oliveira e pelo professor Abrahão Santos, que foram as duas únicas pessoas negras retintas do corpo docente com quem eu tive aula na minha graduação. Certamente, a maioria das pessoas brancas, se puderem, evitarão fazer aulas com professores negros, principalmente retintos, preferindo aprender com aqueles que, quanto mais brancos, melhor.

Minha dúvida atual é se, além de preferirem fazer uma aula com professores de pele clara — como o professor Johnny Menezes, que ministrava a aula “Subjetividades Nativas” —, a idealização do indígena enquanto uma raça mais palatável ao convívio devorador da branquitude, muito divulgada pelas literaturas românticas brasileiras como *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar, pode influenciar, de alguma forma, a presença maior de pessoas brancas em lugares onde se discutam questões indígenas (palestras, congressos, turismos, aulas) do que em espaços que se debatam as questões negras.

Esse questionamento surgiu hoje mesmo, dia 07 de janeiro de 2025, quando, em meio a pesquisas sobre escrevivência de Conceição Evaristo, deparei-me com um artigo escrito pela autora, intitulado “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade” (2009). Nesse trabalho, ela traça rapidamente um panorama sobre a constituição da imagem do negro na literatura brasileira e na **literatura negra brasileira**. Ao abordar o romantismo brasileiro, a autora chama a atenção para a produção de uma ideia de identidade nacional mestiça, constituída por meio do mito indianista, que ficcionam a ideia de uma constituição mestiça entre indígenas e portugueses da gênese brasileira, muito utilizada para criar uma noção de pertencimento de pátria para portugueses em um país que recentemente havia declarado sua independência (1822).

Essa ideia de uma gênese mestiça luso-ameríndia da população brasileira impediu os massacres civilizatórios e ruralistas que os povos indígenas sofrem até os dias atuais? Não. Talvez, tenha até ajudado esses massacres a ocorrerem escondidos, criando uma percepção falsamente integrativa, redentora e harmoniosa para parte da população consumidora e influenciada pela literatura da época, enquanto os extermínios e saqueamentos dos povos pindorânicos permaneciam. Porém, talvez, a ausência dos negros enquanto personagens ativos nos mitos fundadores da pátria ajude a entender uma outra parte (para além das diferenças fenotípicas dos professores) da proximidade maior de pessoas brancas para com aulas, tal como a de “Subjetividades Nativas”, do que para com atividades centradas nas questões negras.

Na época em que cursei a graduação, na maior parte das vezes, o professor Johnny Menezes era quem oferecia aulas centradas nos estudos ameríndios, aulas estas que foram todas optativas. Por vezes, também participavam os professores Emílio Nolasco de Carvalho e André do Eirado Silva. Nessas aulas, líamos textos de referências, como Ailton Krenak, e lembro de também muito trabalharmos o livro “A queda do céu” (2019), de Davi Kopenawa e Bruce Albert. O que mais pude perceber, atrelando meu interesse por estudos afrodiáspóricos e ameríndios, foi o quanto entrelaçadas estão as histórias dos povos africanos sequestrados e dos povos pindorânicos nesse processo de colonização européia mundial e, resguardadas suas especificidades, no Brasil.

De certo que, matutando<sup>20</sup> acerca das constituições dos quilombos no Brasil, nas fugas realizadas em meio à mata fechada e escura, pensei o quanto importante deve ter sido a ajuda dos povos da floresta para que meus ancestrais conseguissem entrar mata adentro e encontrar um ponto seguro para construir um lugar de liberdade para o povo africano escravizado. Quando digo ajuda eu não me refiro apenas à interação interpessoal de ameríndios, encontrando e cuidando dos escravizados fugidos, mas, também, no próprio “traçar” do caminho dentro da mata que indígenas, onças, pacas, cutias, capivaras, árvores, pedras, rios, águas e tantos outros povos da floresta ajudaram a construir para refugiar meus antepassados. Digo das ajudas dos encantados, aqueles que meus ancestrais conheciam de outras terras ou vieram a conhecer aqui, e também ajudaram durante a fuga e a resistência. Lembro de ter assistido a um vídeo do Nego Bispo que falava exatamente isso, dessa confluência<sup>21</sup>, inclusive cosmovisiva<sup>22</sup>, de povos africanos e ameríndios, que ajudaram a sustentar os quilombos no Brasil e a traçar movimentos de resistências conjuntas. Não à toa, hoje saudamos Okê, Cabocla Jurema, Cobra Coral, Tupinambá, e muitos outros.

Aqui, então, atento a um fato curioso em relação ao ementário da Psicologia UFF-Niterói, na época em que cursei a graduação. Se em relação ao ementário de disciplinas obrigatórias havia apenas uma disciplina que abordava diretamente a temática afrobrasileira em sua ementa, não havia nenhuma que abordasse temáticas centradas nos conhecimentos pindorâmicos entre as obrigatórias. Enquanto isso, entre as disciplinas optativas, havia apenas uma matéria (oferecida pelo mesmo professor) que se dedicava aos estudos pindorâmicos, mas não era possível encontrar uma optativa que abordasse a temática afrobrasileira. E, a partir daí, eu gostaria de pensar em como isso reflete em dois problemas que eu identifico no currículo da Psicologia UFF-Niterói em relação aos estudos afrobrasileiros e pindorâmicos.

O primeiro é justamente isto que venho discutindo neste trabalho: A escassez e o apagamento dos saberes africanos, afrobrasileiros e pindorâmicos no ementário das disciplinas obrigatórias e optativas da Psicologia UFF-Niterói, tanto na época em

---

<sup>20</sup> Expressão que aprendi com meus pais e avós que significa o ato de pensar, meditar, refletir, etc.

<sup>21</sup> “Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas.” (Santos, 2015a, p. 89)

<sup>22</sup> Termo derivado do conceito de cosmovisão trabalhado por Nego Bispo (2015a).

que cursei a graduação quanto nos dias atuais. O segundo é a segregação desses saberes, como se eles não estivessem em confluência; como se, metodologicamente, tivéssemos que separar esses saberes. Considero que entender as confluências, transfluências<sup>23</sup> e demais fluências que atravessaram os encontros entre os povos africanos e os povos nativos desta terra seja crucial para o entendimento histórico das identidades afrodescendentes construídas no Brasil. Talvez, ainda mais importante, os estudos acerca dos modos de vida e de cosmovisão dos povos pindorânicos possam, de certa forma, ajudar muitos de nós, populações negras, a realizar os resgates de nossas próprias cosmovisões africanas e afrodescendentes.

Por isso, tenho muito apreço pelas vivências que pude ter nas poucas vezes que frequentei o projeto de extensão “Encontro de Saberes”<sup>24</sup>, os quais eu sabia que participavam com mais frequência os professores Abrahão Santos, Johnny Menezes, Emílio Nolasco e André do Eirado. Esse apreço não se detém apenas no fato de esses professores abordarem saberes afrobrasileiros e pindorânicos de forma mais confluente nesses encontros, mas também pelo fato de, recorrentemente, convidarem mestres e aprendizes de saberes afro e pindorânicos para nos ensinarem e aprenderem conosco nessas aulas. Fator que eu considero ainda mais importante por realizar algo que as Universidades Públicas, no Brasil, ainda apresentam muita dificuldade em realizar: aumentar seu caráter *Público*.

Ainda no sétimo período da minha graduação, ao mesmo tempo em que tive contato com minha primeira disciplina sobre os saberes pindorânicos, cursei a disciplina “Sociedade Brasileira e África”, tendo como professores Luiza Oliveira e Abrahão Santos. Como eu disse anteriormente, essa disciplina já apresentou suas controvérsias, tanto no período que eu a cursei quanto em períodos posteriores, por motivos diferentes.

---

<sup>23</sup> “Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta.” (Santos, 2015a, p. 89).

<sup>24</sup> “O foco central do Encontro de Saberes é trazer os mestres e mestras dos saberes das comunidades tradicionais (indígenas, afro-brasileiras [sic], quilombolas, entre outras) para que atuem como docentes nas universidades, mesmo quando não possuam escolaridade alguma. Na medida em que os mestres e mestras são também pessoas negras e indígenas, sua presença no lugar de autoridade acadêmica, porém com uma formação intelectual com base em epistemes não eurocêntricas, contribui para o enfrentamento da dupla face do racismo constitutivo das nossas instituições de ensino superior e pesquisa desde sua fundação: o racismo étnico e fenotípico e o racismo epistêmico.” (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 334)

Quando eu fiz essa matéria, lembro-me de que eu e outros estudantes negros que estavam comigo nessa aula considerávamos os conteúdos ainda muito básicos. Estábamos entre o sétimo período da graduação e esperávamos estudar sobre filosofias, modos de vida, arquitetura, conceitos de humanidade e outras sabedorias afrobrasileiras e africanas, mas íamos para a aula estudar escravidão, racismo, mito da democracia racial e outros tópicos que, para nós que nos dedicavamos a esses estudos com corpo e determinação, já eram bastante discutidos.

Nós sabíamos que isso não decorria da falta de repertório dos professores Luiza e Abrahão, até por já termos realizados muitas trocas de saberes com eles acerca de questões que não considerava-mos básicas nos estudos raciais brasileiros. O que ficava evidente para nós era que, mesmo após termos participado da ocupação preta, mesmo realizando as semanas de psicologia preta e indígena, aquilo que era básico para nós, que dedicávamos, extracurricularmente, aos estudos afrocentrados e pindorâmicos era, na verdade, um dos poucos contatos que a maioria da sala (pessoas brancas) teve com esses estudos.

Essas pessoas brancas, que recorrentemente representavam maioria dentro das salas de aula da Psicologia UFF-Niterói, apareciam apenas timidamente nos encontros extracurriculares onde pessoas negras e indígenas eram protagonistas. Além de um esforço coletivo de pessoas brancas em não comparecer ou boicotar eventos em que elas e sua raça não seriam protagonistas, essa foi, muito provavelmente, a primeira matéria que elas entraram em contato formalmente em uma sala de aula na qual a centralidade estava nos estudos afrobrasileiros.

Sendo assim, compreendemos que, mesmo estando com professores que já entendiam muito bem que os estudos afrobrasileiros não se limitavam a temáticas, como racismo, capitalismo e processos de colonização, esses conhecimentos básicos deveriam ser abordados e trabalhados de modo a acompanhar boa parte da turma que, além de raramente ou nunca se aproximarem dos estudos afrocentrados, estavam tendo seu primeiro contato com uma aula que carregava a temática racial enquanto foco ao longo de toda sua formação escolar e acadêmica.

Um dia, conversando com colegas negras e negros que já se dedicavam aos estudos psicológicos afrocentrados, pensamos sobre como a psicologia pretende ser uma ciência que estuda o ser humano, mas que falhou no seu propósito na nossa graduação, já que não houve uma matéria sequer que debatesse os sentidos africanos do que seria “ser humano”. Eu mesmo só fui ter contato com uma aula que

abordasse isso na pós-graduação, em uma aula ministrada pelo professor Abrahão, na qual ele nos apresentou e trabalhou em sala parte da tese de doutorado em estudos da tradução do também professor Doutor Tiganá Santana (2019), pela Universidade de São Paulo (USP). A partir desse texto, pudemos estudar e conversar acerca dos modos de vida familiares e comunitárias sob perspectivas africanas, suas relações com o tempo, com a vida e a morte, nos caracteres circulares que atravessam as cosmovisões dos povos Bantu-Kongo.

Nessa mesma conversa, nos atentamos também que, para a maioria de nós, a aula “Sociedade Brasileira e África”, que esperávamos abordar esse assunto e que discutisse os modos de vida afrobrasileiros para além dos lugares de escravizados e traumatizados pelo racismo, não correspondia às nossas expectativas. Até teve um colega que disse que correspondeu, que, quando ele fez a disciplina, as duas pessoas que ministraram as aulas eram docentes negros da Psicologia UFF-Niterói e que eles não estavam abordando apenas o básico, pois traziam referenciais textuais de intelectuais negros para pensar essas temáticas. Mas a maioria de nós tinha tido experiências muito próximas de descontentamento com a disciplina.

Lembro que uma amiga falou que estava com medo de fazer essa disciplina, porque a maioria das pessoas que ela conversava e que havia cursado essa matéria dava a mesma devolutiva: que a sala era composta por um monte de gente dos primeiros períodos e um monte de gente branca, e que isso acabava deixando a discussão da matéria no “bê-á-bá”. Ela disse que, devido a isso, alguns alunos negros nem compareciam às aulas ou abandonavam a disciplina devido ao caráter adoecedor de se ouvir sempre representado no mesmo lugar, inclusive, na única disciplina na qual se esperava que fosse diferente.

Outra amiga contou que ela fez essa aula, mas quem ministrou foi uma professora branca, que, além de não ter se preparado para ministrar aquela disciplina, levou duas doutorandas negras para lecionarem no seu lugar. Essa amiga disse que a única referência que essa professora trouxe sobre a temática foi um texto que comparava imigrantes alemães com africanos (sempre em comparação com brancos). “Engraçado”, pensamos.

Como disse um amigo, não era incomum ver uma pessoa branca se dizer “perdida” nas aulas em que as temáticas eram voltadas para os estudos afrobrasileiros. Enquanto estudantes brancos diziam “não conseguir acompanhar” os debates mais aprofundados, professores brancos recusavam-se a estudar ou incluir

em seu repertório referenciais africanos e afropindorâmicos. Mas esse amigo lembra de como esses mesmos estudantes, sem saber nada sobre os autores europeus, passavam a semana se dedicando a esses autores para fazer todas as perguntas possíveis nas aulas, mostrando plena capacidade de estudar e aprender sobre assuntos básicos e complexos daquela disciplina.

Nós (estudantes negros) realmente temos que nos dedicar mais do que dobrado para sustentar todo o percurso de **Formar-se Negro** na Psicologia UFF. Temos que aprender assuntos complexos de raciocínios enviesados e desterritorializados, que se recusam ao máximo à troca sincera (sem plágio, nem apagamento) com outros povos que não os europeus. Temos que buscar, majoritariamente, experiências extracurriculares para estudar acerca da cosmovisão africana e afropindorâmica. Quando tentamos debater em sala acerca dessas referências afrocentradas com professores brancos, recebemos respostas agressivas, sarcásticas e/ou descompromissadas, incompatíveis com as dinâmicas cotidianas de trocas referenciais acadêmicas entre docentes e discentes, mas totalmente compatível com o caráter racista da instituição acadêmica. Nós adoecemos recorrentemente, entramos em depressão, apresentamos crises existenciais e ansiosas, abandonamos a graduação, abandonamos a profissão, cometemos suicídio face a essas violências de segregação, exclusão racial e epistemicídio dentro das ciências psicológicas. Em vista disso, temos também que nos cuidar mais do que o dobro, tanto no sentido de “tomar cuidado” quanto “se cuidar”. Temos que tomar cuidado com os professores, colegas e grupos de pesquisa sabidamente racistas e temos que nos cuidar entre nós e com ajuda de profissionais e mestres da saúde e do cuidado para conseguir completar a graduação.

Além disso, a maior parte de nós tem que conciliar a formação com trabalhos de período integral ou meio período; tem que pegar um transporte público caro e precarizado para chegar e sair da universidade, demorando horas para se locomover; por vezes, não conseguimos chegar na universidade por alagamentos, trânsito ou devido às guerras nas comunidades; a maior parte de nós depende do restaurante universitário que, quando não funciona, acabamos ficando com fome, entre muitas outras questões internas e externas à universidade.

Mas, mesmo assim, em meio às guerras negras cotidianas desse país, nós conseguimos aprender sobre temas básicos e complexos presentes na graduação

quando estudávamos psicanálise, psicologia social, psicologia organizacional, esquizoanálise, behaviorismo, fenomenologia, psicologia institucional, transdisciplinar, enfim.

E vocês, professores e estudantes brancos? Vocês que não vivem essas realidades, qual será a próxima desculpa de vocês?

Eu conheço todas elas. Nenhuma delas me convence. Eu não acredito na ingenuidade branca.

*Racistas*

*Preferem trocar tiro*

*Morrer ou sair vivo*

*Do que conviver comigo*

*Pra mim tá tranquilo*

*Eu já fui treinado*

*Acabo com sua raça sem fazer estardalhaço*

(André Profeta Araújo Ferreira)

Se, por um lado, as disciplinas que abordavam a temática étnico-racial começavam a se apresentar timidamente em minha vida, os espaços extracurriculares que envolviam as ciências psicológicas e as questões afropindorânicas em debate já estavam causando alvoroço na Psicologia UFF-Niterói. Antes mesmo de eu cursar as disciplinas “Sociedade Brasileira e África” e “Subjetividades Nativas”, ocorreu a **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta**, em setembro de 2017, que surgiu devido ao descontentamento de estudantes negros da Psicologia UFF com o conteúdo programático da X Semana de Psicologia, que também ocorreu em 2017.

Bom, para começo de conversa, deixe-me explicar o que é isso de “Semana de Psicologia”. A X Semana de Psicologia foi a décima edição de um evento anual organizado por alguns docentes e discentes da Psicologia UFF-Niterói. Foram realizadas palestras, oficinas e outras atividades no intuito de promover a troca de conhecimento entre estudantes, público externo e profissionais de algumas áreas psicológicas. O evento tinha duração média de cinco dias e ocorriam concomitantemente aos horários das aulas, o que não era nenhum problema para o

evento, pois o Instituto de Psicologia suspendia as aulas para que pudéssemos participar.

Para participar da palestra, era necessário inscrever sua proposta de atividade, que passaria pelas pessoas responsáveis pela organização do evento por meio de formulários virtuais, e tanto proponentes quanto participantes recebiam certificados, o que, para nós alunos, poderia ser um facilitador na hora de contar as atividades complementares. Os eventos eram divulgados em redes sociais, como Facebook e Instagram, tanto o cronograma geral quanto a programação de cada dia do evento, sendo, majoritariamente, realizado nas salas dos blocos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF e nos auditórios dos blocos P e N.

Um ano após 2016 (ano das ocupações), estudantes negros, ávidos por se sentirem pertencentes e representados no espaço acadêmico, procuraram no cronograma da X Semana de Psicologia alguma atividade que abordasse raça, racismo, negritude, áfrica, subjetividade negra ou qualquer outra palavra que pudesse sinalizar uma atividade voltada para a população negra acadêmica e externa. Aparentemente, algumas coisas não haviam mudado, mesmo após a ocupação.

Nada. Não acharam nada especificamente voltado às populações negras no cronograma da X Semana de Psicologia na UFF, nem nas edições anteriores. Pelo que eu ouvi nos corredores e pilotis, alguns estudantes até tentaram propor uma atividade com essa temática ao se depararem com a programação esvaziada de conhecimento afropindorâmico, mas receberam como resposta da organização que não seria possível incluir a atividade devido ao prazo de inscrição ou pela lotação das atividades, não me lembro ao certo. Certo era que, mesmo sendo avisados da ausência dessa temática no cronograma e mesmo recebendo uma proposta de atividade pelos próprios alunos da instituição, a atividade não foi incluída no cronograma pela organização da semana, que deu como resposta uma impossibilidade burocrática. Dessa forma, percebemos o nível de desimportância que a organização do evento dava à inclusão do debate étnico-racial na Psicologia.

Como a organização da X Semana de Psicologia nada se propôs a fazer para tornar seu cronograma minimamente racialmente inclusivo, foi criada a **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta**, organizada por alguns discentes e alguns poucos docentes, de maioria negra. O caráter “paralelo” do nome do evento não foi coincidência. Para além de não estarmos representados no cronograma da X

Semana de Psicologia e de não sermos incluídos, constantemente tínhamos que ouvir frases que tentavam deslegitimar a efetivação da **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta**, pronunciadas por organizadores da X Semana de Psicologia e estudantes que “não viam sentido” em “separar” as psicologias.

A reação das pessoas que não apoiavam a criação da **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta** era, boa parte das vezes, alegar que nós, que estávamos afirmando nosso pertencimento a um lugar que queria constantemente nos excluir, é que estávamos segregando a Psicologia. Lembro que alguns membros da organização da X Semana de Psicologia tentavam, ao máximo, desprender-se da culpa/responsabilidade por não incluírem a temática étnico-racial na programação (muito mais por medo de assumir e serem reconhecidos por seus racismos), enquanto outros desdenhavam da implementação de um evento racializado e nem faziam questão de repensar os seus racismos. Alegavam isto mesmo: São vocês que estão separando a psicologia!

Eu preciso dizer o que é que está separado? Quem realmente separa? Eu não vou repetir. Já está dito e cientificamente comprovado.

A proposta de realização da **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta** tencionou o departamento e gerou conflitos entre docentes e discentes que apoiavam a implementação do evento e aqueles que não apoiavam. Mesmo tendo de ouvir afirmações racistas e presenciarmos professores utilizando de seus privilégios brancos para diminuir docentes e discentes negros, mesmo sem a garantia de recebermos ou não certificado, de sermos ou não reconhecidos pelo instituto enquanto um evento tão válido quanto a X Semana de Psicologia, nós realizamos a primeira “Semana de Psicologia” que trouxe a temática negra enquanto central. Tal centralidade trouxe conflitos e discussões não só entre aqueles que eram a favor ou contra a implementação do evento, mas, também, entre as próprias pessoas que se movimentaram para realizar o evento paralelo.

A **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta** aconteceu entre os dias 18 e 20 de setembro de 2017, concomitantemente à X Semana de Psicologia. As pessoas responsáveis pela organização da semana eram majoritariamente discentes e docentes afrodescendentes da Psicologia UFF-Niterói, mas também participaram estudantes indígenas e brancos, bem como uma (ou duas) professoras brancas do curso. No total, foram três palestras, uma em cada dia, com debates acerca do racismo epistemológico na psicologia, as dinâmicas e importância das

fugas negras sob regime de opressão da branquitude, descentralização do saber psicológico do espaço acadêmico e dos diplomados em psicologia, formação de base teórica para uma psicologia preta no Brasil, subjetividade negra, religiosidade e intolerância religiosa.

Nesta primeira edição, as três pessoas que apresentaram seus trabalhos nas palestras tinham ligação direta com a Psicologia UFF, sendo duas delas doutorandas da Psicologia-UFF e a outra foi Lucas Veiga, que já era formado mestre pela mesma instituição, e que, em 2019, movimentaria novamente o Instituto de Psicologia UFF com o artigo “Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta.” (2019).

Como eu disse, também houve discussões e conflitos internos na organização, desde conflitos internos comuns de grupos realizando tarefas apressadamente para montar alguns dias de palestras até o próprio questionamento de “cadê a temática indígena na semana paralela?”, atentado por participantes indígenas e alguns outros da organização, e contestado por outros que consideravam que deveriam ser semanas separadas.

Mesmo às pressas, tendo de ouvir comentários racistas, sofrendo racismo velado, com conflitos internos e externos, foi possível realizar três atividades centradas no debate racial negro no Brasil pelo viés da Psicologia afrobrasileira. Por que a organização da X Semana de Psicologia não demonstrou nem o menor interesse em ajudar? De reconhecer o erro e incluir? Acho que é porque, bem antes de termos os dois eventos paralelos, nós já estávamos separados.

No ano seguinte, em decorrência das discussões internas acerca da ausência de temáticas indígenas, a segunda edição do evento foi nomeada **II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena/II Semana Paralela de Psicologias Preta & Indígena - UFF/Niterói**<sup>25</sup>. Diferentemente da primeira edição (feita às pressas para sanar uma angústia mais que pulsante e ignorada por boa parte do espaço acadêmico), a segunda edição teve cinco dias de duração, do dia 04 ao dia 08 de junho de 2018, com mais de 20 atividades divididas entre esses dias. Além de palestras, rodas de conversas e cine-debates, também ocorreram apresentações artísticas, exposições, confecção de artesanatos e saraus.

---

<sup>25</sup> Por vezes, era assim referida, com “S” maiúsculo acompanhando a palavra “Psicologia”, para enfatizar a pluralidade epistêmica e cosmovisiva.

Com o foco nas epistemologias afrobrasileiras e indígenas, as atividades também contemplaram os debates acerca das temáticas de deficiência, gênero, sexualidade, trabalho, raça, maternidade, saúde, cotas e outras questões que permeiam as vivências das pessoas negras, indígenas e, por vezes, brancas do país. Além disso, essa edição foi a primeira a garantir emissão de certificados para os participantes.

No mesmo ano, ocorreu a XI Semana de Psicologia, que trazia o debate da psicologia entre movimentos sociais e racismos sob o respaldo dos “Direitos Humanos”. Curioso. Enquanto eles tentavam entender a humanidade dos sujeitos não brancos, nós tentávamos entender como nós poderíamos ser mais do que só “humanos”.

A XI Semana de Psicologia ocorreu concomitantemente à **II Semana Paralela de PsicologiaS Preta & Indígena - UFF/Niterói**, porém, diferentemente da edição anterior, os paralelismos foram reduzidos (pelo menos um pouco) com a predominância do debate afrocentrado, protagonizado por pessoas negras da academia e da comunidade externa. Essa mudança radical entre a X Semana de Psicologia e a XI Semana de Psicologia denota ainda mais a importância da realização da **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta**, bem como demonstra a manutenção de dissonâncias entre as organizações dos dois eventos.

Explico: numa mudança radical, a organização da Semana de Psicologia transforma o que foi uma problemática na última edição (temáticas negras) em centralidade na edição seguinte. Eu tenho minhas dúvidas se apenas o questionamento e o enfrentamento discursivo poderiam ter gerado tal mudança na composição da Semana de Psicologia. Acredito que se alguns estudantes e professores negros não tivessem se desdobrado para realizar a **X [I] Semana de Psicologia [Paralela] Preta**, no máximo teríamos uma mesa de debate acerca da negritude na XI Semana de Psicologia entre mais de vinte atividades, não um evento centralizado nas questões raciais da negritude. Também acredito que, se não houvesse uma movimentação prévia dessas pessoas para realizar a **II Semana Paralela de PsicologiaS Preta & Indígena - UFF/Niterói**, também não haveria tamanha centralidade das questões negras na XI Semana de Psicologia.

Agora, digo que a dissonância acontece justamente porque, enquanto a XI Semana de Psicologia centrava o debate quase que majoritariamente nas temáticas raciais da negritude, a **II Semana Paralela de PsicologiaS Preta & Indígena -**

UFF/Niterói já compunha suas atividades de forma mais diversificada, motivada pelas discussões internas. Dessa forma, percebe-se que, na tentativa de recuperar certa credibilidade entre aqueles que criticavam a ausência da temática racial e para “exumar-sem” dos racismos cometidos, a organização da XI Semana de Psicologia organizou toda uma indumentária africana em suas atividades, mas nem fez questão de realizar trocas com a organização da **II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena**.

Após essas edições, lembro de ocorrer a **III Semana de Psicologia Preta e Indígena**, enquanto a Semana de Psicologia não ocorreu. Eu já não estava mais acompanhando os andamentos dos eventos, parte por adoecer fazendo uma graduação epistemicida, por ouvir relatos cotidianos de racismos velados e explícitos cometidos por estudantes e professores brancos contra discentes e docentes afro-indígenas, e parte por estar envolvido com o Coletivo Mardiarte e com o Estágio Específico I, o qual iniciei no primeiro semestre de 2019. Como minha participação na organização dos eventos anuais propostos pelo grupo negro e indígena ocorreu de forma breve, bem como não participei da última edição da **Semana**, sugiro a leitura da Dissertação de Mestrado da Mestra Juliana do Nascimento da Silva, intitulada “Escrevivências de uma Psicologia Preta” (2021).

Além de detalhar com mais riqueza e intimidade as vivências de uma mulher preta e outras pessoas negras e indígenas na construção das **Semanas de Psicologia Preta e Indígena**, considero um trabalho que se alinha com este que produzo na medida em que relata uma Escrevivência nos ambientes de formação de profissionais em Psicologia.

No mesmo ano de 2019, influenciado pelas suas próprias vivências com a Psicologia UFF-Niterói, Lucas Veiga publica seu artigo “Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta”, fator que provocou uma nova movimentação dentro do curso, entre professores e alunos da graduação. Com ampla divulgação do texto entre graduandos e alguns professores, o sentimento era de que os frutos dessas árvores que nós plantamos, por meio das mudas das árvores plantadas por nossos antepassados, estavam amadurecendo. Muitas pessoas (principalmente as negras) que frequentavam o Instituto de Psicologia UFF passaram a conhecer Lucas Veiga e parte de sua visão acerca da Psicologia e da formulação de uma Psicologia Preta.

Outro sentimento que pairou pelo ar da Psicologia UFF-Niterói com a divulgação deste artigo foi o de que já tínhamos bases teóricas (nacionais e internacionais) o suficiente para fundamentar e dar sequência ao aflorar das possíveis **Psicologias Pretas** no Brasil. E é nisso que estamos trabalhando no momento, tanto aqui, na região Sudeste, quanto nas Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, bem como internacionalmente. Da mesma forma, tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo, profissionais indígenas da psicologia se reúnem para centralizar os debates psicológicos nas questões indígenas, bem como profissionais indígenas, negros e afroindígenas se juntam para pensar, por meio de seus saberes, como transformar as ciências psicológicas em um campo diverso de saberes, cores e vidas. Como transformar, portanto, as ciências psicológicas de uma maquinaria branca de apagamento e subjugação racial para uma ciência que reconheça suas diversas origens e dialogue para além das línguas européias e norte-americanas. De vez em quando, aparecem algumas pessoas brancas para ajudar. De vez em quando.

Como eu disse, no mesmo ano em que Veiga (2019) publicou seu artigo, eu comecei a frequentar o Estágio Específico I, oferecido enquanto disciplina obrigatória pelo currículo. Escolhi este estágio por saber que era o único que abordava/centrava o debate das questões raciais do ponto de vista de pessoas negras, dentro e fora da psicologia. Apesar de não ser o foco dos outros estágios, quando acontecia alguma interpelação que envolvesse as questões étnico-raciais, os discursos eram voltados para a mesma análise racial que pessoas brancas costumam ter no Brasil. Bem mais do que um caso isolado, não era incomum ouvir alunos reclamando do despreparo de algum professor branco que coordenava atendimentos clínicos nos seus estágios específicos perante a casos de racismo relatados e/ou ocorridos entre pacientes e alunos. Justamente pelo foco desse trabalho ser o debate étnico-racial dentro da graduação em Psicologia UFF-Niterói, é importante ressaltar que reclamações de discentes acerca do despreparo de docentes acerca das questões de gênero, deficiência e sexualidade também ocorriam com certa frequência, tanto nos estágios quanto em disciplinas majoritariamente teóricas. Isso não significa que essas questões sofriam rejeições de maneiras idênticas. Cada questão, de maneira misturada ou não, era trazida à sua forma, com frequências diferentes e por pessoas diferentes.

Mas justamente pelo meu interesse em aprender e pensar, na prática de campo, os atravessamentos raciais, foi que eu preferi cursar todos os Estágios Específicos com as mesmas pessoas. De acordo com a grade curricular, os Estágios Específicos eram divididos durante quatro semestres e eram diferenciados em I, II, III e IV, sendo que, geralmente, cada aluno deveria fazer pelo menos dois semestres no mesmo estágio para que pudesse mudar para outro grupo de estágio. O Estágio Específico que eu escolhi realizar foi coordenado pelos três professores negros que eu tive mais contato durante toda a minha graduação: Luiza Oliveira, Abrahão Santos e Emílio Nolasco. Em todos os semestres, trabalhamos em ambientes escolares, caminhando, aprendendo e ensinando desde o Ensino básico até o Ensino Médio e o Pré-vestibular.

Quando eu cheguei no estágio estávamos trabalhando no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), mas logo passamos a atuar no Colégio Universitário da UFF (COLUNI-UFF). Ambas escolas públicas, as quais o público majoritário era formado por pessoas negras. A maior parte das experiências que tivemos nas escolas consistia em acompanhar alguma aula específica em alguma turma, trocando com estudantes, docentes e outros estagiários. Vivíamos parte do cotidiano escolar, participando de atividades promovidas nas escolas, que, além das aulas, variavam entre participar de alguma brincadeira durante a hora do recreio e atividades culturais extracurriculares. Uma vez por semana, o grupo de estágio se encontrava na UFF para relatar as vivências em campo.

O grupo era bem diverso, mas, seguindo o tópico da presença de pessoas brancas em espaços afrocentrados que citei anteriormente, a maior parte de nós era constituída de pessoas negras e/ou indígenas. A maior parte de nós era formada por mulheres cis não brancas, seguida de homens cis não brancos, mulheres cis brancas e, pelo que eu me lembre/saiba, um homem trans indígena e uma pessoa não binária preta. A maioria absoluta dos homens cis brancos do curso nunca chegaram a frequentar esse estágio. Normalmente, eles escolhiam estagiar com outros homens nas áreas clínicas e organizacionais (principalmente aqueles ditos heterossexuais).

Outro ponto de inflexão importante de ressaltar era a ausência de homens cis heteros (independentemente de raça) em grupos acadêmicos de forma geral, nos quais a centralidade dos estudos pairava sobre as psicologias corporais (estritamente oferecidos por algumas professoras brancas do curso). Quando o

assunto se voltava especificamente para as questões das mulheres, do feminismo e do feminino, a ausência de homens cis (independentemente de sexualidade e raça) era ainda mais notável. Inclusive, tive essa experiência novamente na pós-graduação, quando fui percebido pela Professora Doutora Paula Land Curi enquanto o único homem cis matriculado na aula dela, cuja temática central eram os processos abortivos e as realidades das mulheres no Brasil e no mundo em relação a esse tema.

Entre todos os meus anos de formação na Psicologia UFF-Niterói, essa foi a primeira vez que participei de uma aula que trouxe como debate central as múltiplas ocorrências de processos abortivos, assim como as jurisdições acerca dessa questão ao redor do mundo e no Brasil. É preocupante pensar na quantidade de casos de violência contra a mulher (em suas múltiplas formas) que acontecem diariamente no país e se deparar com uma graduação em Psicologia que oferece uma formação que pouco discute essa temática. Não é possível pensar em uma formação de qualidade dentro da Psicologia enquanto temáticas como o machismo, racismo, capacitismo, transfobia, entre outras questões que provocam sofrimento físico e psíquico, permanecerem marginalizadas ou ausentes no processo formativo. Pensar, por exemplo, a quantidade de profissionais homens cis que já estão firmados no mercado de trabalho ou estão se formando e não estudam as questões de possibilidades abortivas e os cuidados possíveis desses casos é extremamente preocupante, pensando a prática do cuidado com corpos que podem gestar e abortar.

De volta para as histórias dos estágios, eram nas supervisões que alinhávamos nossas experiências. Diferentemente da forma que nos era ensinado durante a maior parte da formação e do que ouvi de algumas pessoas reclamando acerca de outros estágios, nossos relatos tinham como imperativo os atravessamentos raciais e de gênero. Isso se devia justamente ao fato de considerarmos esses atravessamentos enquanto cruciais na formação sócio-subjetiva de cada um, não enquanto impositores<sup>26</sup> de alguma estrutura psíquica e/ou comportamental e fisiológica.

---

<sup>26</sup> Lembremos do que foi discutido anteriormente neste trabalho sobre os discursos médicos/psicológicos acerca do debate étnico-racial no Brasil, quando as pessoas brancas dominavam essa construção narrativa acadêmica e legislativamente.

Do período em que entrei no Estágio Específico I até a minha conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram os momentos em que estive em maior contato com bases teóricas acadêmicas e vivências negras (diversas das minhas) nas atividades que eu frequentava na Psicologia UFF-Niterói. Porém, isso não foi suficiente para impedir meu processo depressivo que se estabelecia concomitantemente às minhas leituras e vivências acerca dos racismos que eu presenciava diariamente na UFF e nas ruas de Niterói.

Eu não fui o único. Entre os mais diversos motivos, atravessados por questões de raça, gênero e classe, eu podia ver eu e meus parentes<sup>27</sup> adoecendo, sem conseguir frequentar as aulas e socializar entre os colegas, ou frequentando e socializando exauridos, sendo reprovados, trancando o curso, com medo de serem jubilados, entre muitos outros adoecimentos e acontecimentos cruelmente comuns entre pessoas negras na academia. Não à toa, é possível ver surgir uma nova proposta de sustentação acadêmica entre aqueles que são constantemente esquecidos pelo espaço do Ensino Superior Público. Essa sustentação acadêmica a qual me refiro é o conhecido “tripé acadêmico”, que se baseia na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Agora, com a ampliação das ações afirmativas e de pessoas negras no ensino superior público é preciso pensar na Permanência, formando o quadripé: Ensino, Extensão, Pesquisa e Permanência.

Este trabalho que escrevo é um, entre tantos, que foram e estão sendo produzidos no Brasil com o objetivo de ampliar possibilidades de permanência de corporeidades plurais nos espaços acadêmicos, fator esse que não será solucionado apenas alterando as realidades cotidianas de ensino na graduação ou na pós-graduação. Apesar de ver vários colegas adoecendo pelas marcas do epistemicídio em sua formação, bem pior era vê-los adoecer ou sem frequentar a universidade pela falta de apoio/sucateamento promovidos pela própria instituição e/ou das gestões governamentais, tanto da Universidade quanto das próprias cidades em si. Colegas que ficavam com fome ou se alimentavam precariamente devido à má gestão e não ampliação do Restaurante Universitário (RU) e o sucateamento das condições de serviço dos trabalhadores do RU, como a superlotação dos restaurantes. No campus da UFF de Rio das Ostras ouvíamos dos

---

<sup>27</sup>Utilizo esse termo para englobar colegas negras e negros do curso, tendo como referência a forma como algumas pessoas indígenas (e alguns imigrantes europeus do Espírito Santo) se tratam para se referir à própria comunidade ao utilizarem a língua portuguesa. .

estudantes que não existia nem um RU, fator que é imperativo para a permanência de vários estudantes empobrecidos monetariamente e que frequentam a Universidade.

Quantos alunos não adoecem e evadem devido às condições de moradia estudantil? Pela falta de acesso de qualidade para locomoção dentro e fora da Universidade? Pela violência institucional e estrutural das Instituições de Ensino Superior (IES) e das cidades como um todo? Por estupros e abusos favorecidos pela falta de iluminação e segurança dos *campis*?

Se não for imperativo que pensemos a inclusão e permanência de pessoas negras, indígenas, com deficiência, mulheres, mães, empobrecidas monetariamente dentro da academia em nível estrutural e institucional, por meio da garantia de condições básicas, como transporte, moradia, alimentação, segurança social e afins (dentro e fora das IES), para quem servirá a mudança curricular que estamos propondo?

Para quem servirá (?) se a expectativa de vida do meu amigo negro favelado não é nem a metade da expectativa de vida do meu amigo branco playboy? Se agora,, de acordo com o Atlas da Violência (2024), a chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é três vezes maior do que uma pessoa não negra (brancos, indígenas e asiáticos)?

Nossas lutas e nossas referências devem SEMPRE ultrapassar os limites elitistas intelectuais perpetuados pela secular história das Universidades no Brasil. Por isso, tenho pra mim, que as maiores referências que tive acerca das culturas negras, buscando alinhar psicologia em seu corte racial, não estavam precisamente publicadas em portais de divulgação acadêmica. Fator esse que não diminui, em menor ou maior grau, a importância que autoras como Neusa Santos Souza, Virgínia Leone Bicudo, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Maria Aparecida da Silva Bento (Cida Bento), Grada Kilomba, Chimamanda Adichie, Angela Yvonne Davis, Maria Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Bárbara Carine Soares Pinheiro, Castiel Vitorino e tantas outras mulheres negras intelectuais da academia têm na minha formação. Também não afeta a importância que Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Lucas Veiga, Milton Santos, Tiganá Santana, Na'im Akbar, Wade Nobles, Kabengele Munanga, entre tantos outros homens negros intelectuais têm na minha formação.

Até porque, juntamente com as escritas dessas pessoas, eu pude realizar diferentes formas de análise do meu cotidiano em formação enquanto um cidadão psicólogo negro no Brasil, atravessado por outras diversas identidades. Cada pessoa negra com quem eu me encontrei e formei relações (rápidas ou duradouras) na qual podia perceber coisas em comum e singulares que nos atravessavam enquanto pessoas negras no Brasil, entre moradores de rua, estudantes universitários, professores, mestras e mestres, servidores terceirizados, amizades, amores, parentes, nas consultas de preto velho, nas festas, nas favelas, andando pela rua, nos bares, etc., cada uma em seus momentos, de suas maneiras, desde que posso me lembrar da minha época de criança com meu pai e meus avôs (homens negros que são minha ligação de sabedoria negra ancestral cotidiana mais íntima), até ontem, fazendo uma noite de música com meu amigo Luiz Guilherme Dutra, grande amigo, homem negro, que está presente na minha vida justamente pela amizade de nossos pais, dois homens negros, Todes foram e são grandes referências para minha formação enquanto Mestre em Psicologia.

Além das pessoas negras presentes fisicamente no meu cotidiano, aquelas como Sabotagem, Mateus Aleluia, o grupo Racionais MC's, Bob Marley, Negra Li, Virgínia Rodrigues, Fela Kuti, Sun Ra, Tim Maia, Jorge Ben, Zeca Pagodinho, Elza Ramalho, a Orquestra afro-brasileira, o grupo Olodum, Madame Satan, Gilberto Gil, Nina Simone, Victoria Santa Cruz, a banda Sons of Kemet, Cesária Évora, Elisa Lucinda, Maria Carolina de Jesus, Lima Barreto, entre outras pessoas negras pelo mundo, artistas da música, literatura, artes cênicas, artesanato e afins, também foram forte influência na minha formação.

Nas rodas de capoeira das quais joguei por cinco anos no grupo Beribazu (grupo de capoeira do Espírito Santo), junto com meu irmão, e no grupo que joguei por uns meses com meu irmão (que não me lembro o nome), no qual eu fui batizado de Formiga.

Minhas referências também estão nos itans, nas histórias de revoltas negras no Brasil e no mundo, nos pontos de macumba, nas forças da natureza, nas cosmovisões que ouvi em entrevistas de Nego Bispo, nos meus contatos com as plantas e com os fungos, com os animais, comigo mesmo. Com as sabedorias pindorâmicas de entrevistas com Ailton Krenak, com as chuvas, as pedras, as ondas, os ventos, o sol, a lua, as estrelas e os seres cósmicos. Antes dessa vida e na próxima.

Mediante pesquisas, trocas textuais e referenciais entre professores e colegas, bem como nos resgates de sabedorias ancestrais, eu fui moldando meu Trabalho de Conclusão de Curso. Nele, dediquei-me aos estudos do livro “Tornar-se Negro: as vivências da identidade do negro brasileiro em ascenção social” (1983), de Neusa Santos, entrecruzando o poema “Me gritaron negra!” (1960), de Victoria Santa Cruz, para pensar os processos de enegrecimento por meio das sabedorias de duas mulheres pretas latinas, uma brasileira e outra peruana. No segundo capítulo, embasado (principalmente) por livros e artigos de Lélia Gonzalez, alguns capítulos de “Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano” (2020), de Grada Kilomba, e o artigo já citado de Lucas Veiga (2019), reuni depoimentos de estudantes negros da Psicologia-UFF Niterói que atestavam o curso de psicologia enquanto um espaço majoritariamente silenciador de vozes negras, carente de referências negras e análises raciais, com poucos professores para ajudar nesses estudos e tendo sua formação acerca dos debates étnico-raciais majoritariamente em espaços extracurriculares. Relatos que reconheciam tal qual Grada Kilomba (2020) reconheceu a universidade enquanto um espaço de violência contra pessoas negras.

Com base no TCC, cheguei, então, na Pós-graduação da Psicologia-UFF Niterói, sob orientação da Professora Doutora Ana Cláudia Lima Monteiro, grande parceira de trocas de pensamentos e referências para meus estudos, com a qual venho trabalhando junto há mais ou menos 8 ou 9 anos, desde a Iniciação Científica, o TCC e agora no Mestrado. Uma mulher cis branca de origem periférica que é uma das poucas pessoas brancas da docência do curso que entende a importância dos estudos acerca dos debates étnico-raciais e os implementa nas suas referências e aulas.

Aqui, então, chego novamente ao começo do trabalho, no começo da história que estou contando, nesse começo-meo-começo que traça as circularidades das cosmovisões do meu povo afropindorâmico, que tanto ensinou Nego Bispo. O começo de um homem cis negro, com ancestrais africanos, pindorâmicos e italianos, que começará a lecionar na graduação do curso de psicologia da Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ). Que ajudará no começo ancestral da **re-volta**, resgatando origens africanas e pindorâmicas sistematicamente apagadas nas ciências psicológicas, bem como explanando o racismo velado e explícito dessa ciência.

Mais uma pessoa negra docente no ensino superior, lugar onde estamos tão pouco representadas quantitativamente, cosmovisivamente e epistemologicamente no Brasil e em outras tantas regiões do mundo que passaram pelas colonizações europeias. Eu sou parte da retomada da consciência psicológica após o desmaio da branquitude, o inesperado, a troca rítmica que toca o Rumpi, o Le e o Rum, do Agogô, da Cuíca, do Ganzá, do Berimbau e do Caxixi. Trago comigo meus ancestrais, nossas sabedorias, nossas alegrias e esperanças, nossas danças, lutas e músicas, essas que a Psicologia, a Universidade e as ciências europeias tanto lutaram para apagar do meu corpo, mas que, desta vez, não conseguiram e nem conseguirão.

Pela libertação de todo o povo negro e pindorâmico em todas as instâncias carcerárias e pseudo-libertárias replicadas nas instituições, estruturas e relações civilizatórias!

### 3 POSLÚDIO

Antes de começar a escrever esta seção, que se refere às considerações finais, um amigo branco, mestre em Ciências Sociais, o qual tenho bastante apreço, e que, sempre que pode, ajuda-me nas formalidades da produção acadêmica (e em outras coisas da vida), lembrou-me que, além do “blá blá blá” formal da introdução às considerações finais, era importante ressaltar que “este trabalho ainda era incipiente e precisa de mais pesquisas e blá blá blá”. Eu lhe respondi que entendia a formalidade, mas que eu não poderia afirmar isso, pois seria uma falácia. Eu não posso afirmar que o que eu acabei de relatar ainda precisa de mais pesquisas para se confirmar porque o que não faltam são pesquisas, relatos e comprovações científicas do caráter epistemicida, violento, racista, excludente, capacitista, eurocentrado e branco que os espaços de saber herdados das colonizações européias e norte-americanas possuem (inclusive, quando são os próprios racistas que as produzem e as divulgam como verdade).

Em decorrência dessa conversa, pergunto neste texto: quantas pesquisas a mais teremos que fazer para que o que dizemos seja credibilizado academicamente?

Uma pergunta sem resposta. Não precisamente porque seria necessário alguma vidência para adivinhar o futuro, mas porque, precisamente, não se trata do número de evidências que conseguimos produzir. Se fosse sobre isso, talvez esse trabalho nem precisaria existir e o cenário já seria outro há alguns séculos. Mas quantas evidências nós já produzimos e o cenário permanece? Eles continuariam nos sabotando, escondendo/embranquecendo nossos nomes e nossos corpos, bem como nossas evidências.

Com isso, gostaria de chegar nos dois temas que considero os mais importantes das minhas considerações finais para esse trabalho: Ações afirmativas e Permanência.

Garantir a entrada e permanência de pessoas negras e pindorâmicas nos espaços de docência e discência no Ensino Superior são fatores tão importantes quanto a necessidade de mudança curricular, voltada para inclusão de saberes afropindorâmicos e a desmitificação<sup>28</sup> de saberes produzidos pelo eurocentrismo. Na

---

<sup>28</sup> Aqui faço referência ao conceito de mitificação da realidade que encontrei nos escritos “Ação cultural para a liberdade”, de Paulo Freire (1981).

verdade, pelo que observei nos meus anos de formação na Psicologia UFF-Niterói, além de não poderem ser diferenciados em maior ou menor grau de importância, todos esses fatores aparentam ser intensamente co-dependentes. Isso porque, ao mesmo tempo em que eu e outros colegas não brancos (adoecidos ao reencontrar diariamente diversas violências raciais nos espaços de formação acadêmica, pensando em largar a graduação) buscamos caminhos de traçar nossa formação de maneira a centrar nossos saberes ancestrais afropindorânicos, muitos foram os colegas não brancos que centraram suas referências acadêmicas e cotidianas em pessoas brancas e européias, falando em francês aquém da compreensão dos demais que nada entendiam da língua, ou agindo com violência para com professores e colegas negros e abaixando a cabeça para professores e colegas brancos. Bem como sei que existem professores não negros, que recorrentemente são violentos com professores negros, e se apropriam indevidamente de sabedorias pindorânicas para afirmarem algum tipo de “de vir indígena”, quando não, afirmarem-se os próprios indígenas.

Dessa forma, pelo que experienciei em minha formação, assim como uma mudança curricular centrada nos saberes afropindorânicos é extremamente importante para a saúde geral da população negra e indígena no país (e aqui falamos, também, de Permanência dessas pessoas no Ensino Superior), é importantíssimo que essas pessoas ocupem os espaços que lhe são de direito e que medidas públicas (antigas e novas) sejam efetivadas para que essas pessoas sofram cada vez menos nos espaços acadêmicos, bem como concluam sua formação e permaneçam em seus trabalhos, sem precisar se aculturar e se violentar para viver em meio à branquitude.

Quando digo “lugar de direito” não me refiro apenas em um sentido de reparação histórica ou reconhecimento histórico de africanos e pindorânicos enquanto povos que construíram saberes antes mesmo de a ciência europeia se tornar usurpadora da verdade epistemológica. Digo sobre fazer valer a lei de cotas, por exemplo, em concursos públicos para vaga de docência no Ensino Superior, fato que não tem acontecido na Psicologia UFF-Niterói, que recentemente abriu cinco vagas para professores, dos quais nenhum entrou por cotas raciais, mantendo a maioria esmagadora de profissionais brancos no corpo docente, maioria profissional que pouco aparenta ter motivação para mudar o *status quo* eurocêntrico do currículo.

Todavia, é importante ressaltar que uma dessas profissionais que foram contratadas recentemente para integrar o corpo docente do instituto está encarregada de uma disciplina optativa que, na ementa, inclui conceitos formulados por intelectuais negras da psicologia brasileira. Isso pode vir a ser um bom sinal, que essa professora possa se tornar uma aliada na mudança curricular, mas, com certeza, o fato de ela estar ali lecionando sobre isso já sinaliza exatamente o mal sinal que a não inclusão de pessoas negras enquanto docentes nesses espaços pode representar. Mesmo que se implemente uma nova perspectiva curricular e/ou pedagógica, a referência de autoridade e saber dentro da sala de aula não pode continuar sendo representada majoritariamente por pessoas brancas.

Nós não queremos apenas que se incluam nossos saberes nos espaços formais de saber, enquanto pessoas brancas mantêm seus espaços de poder. Nós queremos que pessoas negras possam estar devidamente representadas enquanto maioria nesses espaços, tal qual são maioria da população nacional, e que mais pessoas negras possam falar sobre culturas negras dentro das Universidades, enquanto docentes, discentes e mestres.

Ademais, para além da diversidade de referências textuais, epistemológicas e corpóreas, é preciso repensar a diversidade nas Universidades, inclusive, quando falamos de arquitetura, por exemplo, que tende a imitar modelos arquitetônicos europeus e norte americanos (como é o caso de todos os blocos do campus do Gragoatá atualmente). É preciso repensar a própria sala de aula e suas disposições de carteiras em fila e quadro à frente, com o professor em pé e alunos quietos e sentados. É preciso diversificar as metodologias de ensino e de pesquisa. É preciso pensar em toda uma “Revolução Diversitária”, para que possamos escapar da prisão universalizante que a Universidade apresenta.

Pela Diversidade!

#### 4 REFERÊNCIAS

- 1 ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 63, p. 333-358, 2022.
- 2 ALENCAR, José de. **O Guarani**. 12 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- 3 \_\_\_\_\_. **Iracema**. Hedra, 2006.
- 4 BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.
- 5 BRASIL. **Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas, 2018. Disponível em: <https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/14766>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 6 BESSA RODRIGUES. **Sem os Pés no Chão**. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=OLAK5uyIAxZqSJq8iQylwM--rzkmmtMKDoHSDhhk>. Acesso 02 fev. 2025.
- 7 COLETIVO CATARSE. Não existem coincidências, existem confluências - Antônio Bispo, na #UPMSCultura. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yn7Ba1Xhp6E&t=2s>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 8 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Censo da Psicologia – Volume 1. 2022. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1-1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf). Acesso 31 jan. 2025.
- 9 CORPO FLOR WEBDOC. Webdoc Corpo Flor com Castiel Brasileiro - Arte, Sexualidade e Transgressão. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb8CvId0JXc>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 10 CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 11 CRUZ, Victoria Eugenia Santa. **Me Gritaron Negra**. 1960. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RljSb7AyPc0>. Acesso 04 de fev. 2025.
- 12 “ELU”, “amigue” e “bonite”: os termos neutros como forma de inclusão. Revista Arco: jornalismo científico e cultural, 12 nov. 2021. UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/pronome-neutro-inclusao#:~:text=E%20quando%20uma%20pessoa%20n%C3%A3o,ter%20a%20vogal%20tem%C3%A1tica%20substitui%C3%ADda>. Acesso em: 16 mar. 2025.

- 13 EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós** reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, v. 1, p. 26-46, 2020.
- 14 FILOSOFANDO CIÊNCIAS HUMANAS EM DEBATE. Olhos Azuis | Documentário | Jane Elliott. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XUEAgbLIKeQ>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 15 FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.
- 16 G1 BA. Professora impedida de assumir vaga por cota em concurso da UFBA é nomeada após determinação da Justiça. **G1**, 29 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/10/29/professora-impedida-de-assumir-va-ga-por-cota-em-concurso-da-ufba-e-nomeada-apos-determinacao-da-justica.ghtml>. Acesso 31 jan. 2025.
- 17 IPEA. **Atlas da violência 2024**. Brasília, DF: Ipea, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14031/12/AtlasViolencia2024.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- 18 KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. [S.I.]: Editora Cobogó, 2020.
- 19 KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das letras, 2019.
- 20 LANÇADO o estudo: Demografia Médica no Brasil 2023. **Faculdade de Medicina da USP**, São Paulo, 08 fev. 2023. Disponível em: <https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias/lancado-o-estudo-demografia-medica-no-brasil-2023>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 21 LIMA, Mateus Aleluia Rodrigues. **Fogueira doce**. Fogueira doce. 2017.
- 22 LUNA, Luedji . **Um Corpo no Mundo**. Um Corpo no Mundo. 2017
- 23 MARTINS, Hildeberto Vieira. **As ilusões da cor: sobre raça e assujeitamento no Brasil**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- 24 MENEZES, Iago. **Cerca de 27% da Universidade Federal Fluminense é negra, aponta os dados do Núcleo Institucional de Dados Integrados (NIDI)**. AFIDE/UFF, Rio de Janeiro, 8 mai. 2023, Notícias. Disponível em: <https://afide.uff.br/cerca-de-27-da-universidade-federal-fluminense-e-negra-aponta-os-dados-do-nucleo-institucional-de-dados-integrados-nidi/#:~:text=Um%20levantamento%20recente%20atrav%C3%A9s%20da,equivale%20a%20aproximadamente%2019.662%20alunos>. Acesso 3 fev. 2025.
- 25 MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2. ed. [S.I.: s.n.], 2018.
- 26 OLISSAN, José; SÉRGIO, Domingos. **Revolta Olodum**. [S.I.: s.n.], 1996.

- 27 RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. Nada como um Dia após o Outro dia. 2002.
- 28 RACIONAIS MC'S. **Jesus Chorou**. Nada como um Dia após o Outro dia. 2002.
- 29 RACIONAIS MC'S. **Capítulo 4, Versículo 3**. Sobrevivendo no Inferno. 1997.
- 30 SABOTAGE. **Canão Foi Tão Bom**. Sabotage. 2000.
- 31 SABOTAGE. **País da Fome**. Sabotage. 2000.
- 32 SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: UnB/INCTI, 2015.
- 33 SANTOS, Tiganá Santana Neves. **A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau**: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-30042019-193540. Acesso em: 2022-09-07.
- 34 SANTOS, Neusa de S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, 1983.
- 35 SOUTO, Stéfane Silva de Souza. **Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea**. Salvador: Metamorfose, v.4, n.4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/metamorfose/article/view/34426>. Acesso 05 fev. 2025.
- 36 TRILHA SONORA DO GUETO. *Um Pião di Vida Loka. T. \$ do Gueto us fraco num tem veiz*. 2003
- 37 UFF. Cerca de 27% da Universidade Federal Fluminense é negra, aponta os dados do Núcleo Institucional de Dados Integrados (NIDI). 2023. Disponível em: <https://afide.uff.br/cerca-de-27-da-universidade-federal-fluminense-e-negra-aponta-os-dados-do-nucleo-institucional-de-dados-integrados-nidi/>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 38 UM GRITO DE LIBERDADE. *Aldeia de Caboclos*. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HDht1dt3\\_HY](https://www.youtube.com/watch?v=HDht1dt3_HY). Acesso em: 03 de fev. 2025.
- 39 UNIperiferias. *Significações da periferia: representações, confluências e transgressões*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RiKAU5oGgRE>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- 40 VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019.

## 5 ANEXO

### À comissão de heteroidentificação do Concurso Público - 005/2024 - Prefeitura Municipal da Serra – Geral

**André Araújo Ferreira**, brasileiro, solteiro, estudante, psicólogo, inscrito sob o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nºxxxxxxxxx, RG nºxxxxxxxxx, sob inscrição de nº 507299, concorrente à vaga de Psicólogo (30h) através das ações afirmativas destinadas às pessoas negras (pretas e pardas) garantidas pelo Edital de Abertura Nº 005/2024, de 8 de Julho 2024, no item 3.10. do referido edital, vem, por meio desta, requerer a alteração do resultado preliminar do Procedimento de Heteroidentificação do Concurso Público nº 005/2024 da Prefeitura Municipal da Serra/ES, no que diz respeito ao resultado preliminar enquanto “Inapto” do concorrente inscrito 507299 - André Araújo Ferreira.

A Comissão de Heteroidentificação indeferiu a cota racial ao recorrente sob o argumento de que:

“A banca de heteroidentificação, em sua maioria, não confirma a autodeclaração do candidato, considerando que o mesmo não apresenta características fenotípicas para prosseguir na concorrência das vagas destinadas as pessoas negras.”

Todavia, a decisão merece reforma, pois, como será exposto, o candidato é sim autodeclarado e autoidentificado como pardo.

Segundo o item 3.10.12.1. presente no Edital de Abertura Nº 005/2024, de 8 de Julho 2024, “*Entende-se por fenótipo o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, que, combinados ou não, permitirão validar ou invalidar a autodeclaração.*”

Uma vez que o recorrente não falseou seus documentos de inscrição para às vagas destinada as pessoas negras do presente edital, a respeitável decisão de indeferimento apresentada pela Comissão de Heteroidentificação merece reforma devido às características fenotípicas apresentadas pelo recorrente como: pele com concentração de melanina e lábios grossos com concentração de melanina, características que vão de acordo com o item 3.10.12.2. deste edital quando considera que “*As características fenotípicas descritas no item anterior são as que possibilitam, nas relações sociais, o reconhecimento do indivíduo como negro.*”

De acordo com os itens apresentados no referido edital, a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, combinados ou não, possibilitam, nas relações sociais,

o reconhecimento do indivíduo enquanto negro, ao passo que o recorrente afirma se autodeclarar, autoidentificar e ter sido reconhecido nas relações sociais como negro através das análises pessoais e interpessoais dos fenótipos apresentados pelo recorrente.

O recorrente ainda afirma que, por apresentar documento de foto 3x4 com o cabelo curto e ter comparecido à banca de heteroidentificação, também, com os cabelos curtos, comprehende a dificuldade de análise precisa dos fenótipos requeridos pela Comissão de Heteroidentificação, já que não refletem com precisão o caráter fenotípico estigmatizado nas populações negras, ao passo que, o recorrente afirma poder comprovar através de fotos a característica fenotípica do cabelo, reconhecidas nas relações sociais do recorrente, enquanto fenótipo de uma pessoa negra.

O recorrente ainda solicita a reformulação da decisão divulgada pela Comissão de Heteroidentificação baseando-se no inciso V do artigo 4º da Lei 12.288, de 20 de Julho de 2010, que diz:

*Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

*V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;*

No presente caso, como o recorrente não falseou sua declaração de pardo, bem como demonstra características fenotípicas para preencher a vaga ofertada, o resultado preliminar, que torna o recorrente inapto a concorrer para a referida vaga, vai de encontro com o inciso V da lei citada anteriormente à medida que mantém obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada ao passo que descharacteriza uma pessoa negra enquanto pertencente ao seu grupo racial, implicando na eliminação de um candidato fenotípicamente pardo para as vagas que lhe são de direito.

Ante ao exposto, requer a reapreciação do resultado preliminar de indeferimento do recorrente à vaga reservada, na medida que o recorrente reafirma possuir fenótipos que o tornam apto para concorrer às vagas reservadas para pessoas negras neste certame, reafirmando se autodeclarar, autoidentificar e ter sido reconhecido nas relações sociais, através dos fenótipos apresentados pelo recorrente, enquanto uma pessoa parda.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Vitória, Espírito Santo, 28 de novembro de 2024.

André Araújo Ferreira.